

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

SC11228

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Quarta Sessão Ordinária

21 - 28 de Janeiro de 2014

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/806(XXIV)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA
DOS MINISTROS DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS DA UA,
ABIDJAN, COTE D'IVOIRE, 25-26 DE MARÇO DE 2013**

RELATÓRIO DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS DA UA, ABIDJAN, CÔTE D'IVOIRE, 25-26 DE MARÇO DE 2013

1. A 6ª Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros de Economia e das Finanças da União Africana e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África (CEA) foram realizadas em Abidjan, Côte d'Ivoire, nos dias 25 e 26 de Março de 2013, sob o tema "*Industrialização para uma África emergente*".
2. Os Ministros discutiram questões relevantes sobre como os países africanos poderiam conceber e implementar estratégias e políticas industriais eficazes que irão apoiar a promoção de acréscimo de valor e a transformação económica, bem como reduzir a dependência sobre a produção e exportação de material não processado. O objectivo é de incentivar a promoção de crescimento elevado, sustentável e a longo prazo e garantir que os benefícios do referido crescimento sejam distribuídos de forma equitativa e ampla, de modo a reduzir a pobreza e melhorar o padrão de vida de todos os cidadãos africanos.
3. A Conferência adoptou uma resolução sobre o tema, onde os ministros reconhecem que o recente desempenho económico assinalável de África, as suas vastas dotações de recursos humanos e naturais ainda por explorar e as mudanças dinâmicas que caracterizaram as estruturas económicas mundiais, os poderes e os mercados ao longo da última década criam oportunidades reais e desafios para o continente promover a industrialização e promover o crescimento sustentável e comum, bem como a transformação económica inclusiva, criação de emprego e redução da pobreza.
4. Para industrializar e transformar as suas economias, África necessita de implementar de forma eficaz acções de política aos níveis nacional, regional e continental, incluindo planos e estratégias industriais coordenadas e eficazes de desenvolvimento a longo prazo, para fazer face aos constrangimentos e aproveitar as oportunidades emergentes da cooperação acrescida Sul - Sul e outros parceiros de desenvolvimento visando o desenvolvimento económico e social de África.
5. Consequentemente, os Ministros apelaram aos Governos africanos para adoptarem e implementarem uma política industrial coerente, com vista a acelerar e aprofundar o acréscimo de valor da produção local, as ligações entre o sector de produtos de base e outros sectores económicos. Neste âmbito, os países africanos são solicitados a melhorar a coordenação aos níveis regional e continental e harmonizar estreitamente os quadros de desenvolvimento industrial a nível nacional, com prioridades definidas no plano de acção para acelerar o desenvolvimento industrial em África, enquanto se trabalha de forma coordenada para elaborar uma visão unificada sobre como garantir impacto sobre a economia mundial e ajudar a preparar os resultados da globalização para o benefício dos africanos.

6. A CUA e a UNECA foram solicitadas a levar a cabo um estudo e apresentar recomendações sobre as estratégias e os mecanismos adequados para incentivar e apoiar as altas tecnologias desenvolvidas localmente, conhecimentos locais e a inovação baseada em conhecimentos, incluindo a criação de centros regionais de tecnologia em cada Comunidade Económica Regional.

EX.CL/806 (XXIV)

**RELATÓRIO DOS TRABALHOS DA SEXTA SESSÃO ANUAL DAS
REUNIÕES CONJUNTAS DA CONFERÊNCIA DO MINISTROS
AFRICANOS DO PLANO E FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO DA COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA E
CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS DA
ECONOMIA E FINANÇAS**



**CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL DA COMISSÃO
ECONÓMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ÁFRICA**

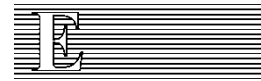
*Quadragésima Sexta Sessão da Comissão Económica
para África*



**COMISSÃO DA UNIÃO
AFRICANA**

*Oitava Sessão da Conferência dos
Ministros Africanos da Economia e
Finanças*

**Sexta Sessão Anual conjunta da Conferência dos
Ministros da Economia e Finanças da CEA e
Conferência dos Ministros Africanos das Finanças,
Planeamento e Desenvolvimento Económico
Abidjan, Côte d'Ivoire
25-26 de Março de 2013**



Distr.: Geral

E/ECA/CM/46/6

AU/CAMEF/MIN/Rpt(VIII)

Data: 29 de Maio de 2013
Original: Inglês

**RELATÓRIO DOS TRABALHOS DA SEXTA SESSÃO ANUAL DAS
REUNIÕES CONJUNTAS DA CONFERÊNCIA DO MINISTROS
AFRICANOS DO PLANO E FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO DA COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA E
CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS DA
ECONOMIA E FINANÇAS**

INDÍCE

Introdução	1
A. Participação	2
B. ELEIÇÃO DA MESA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
C. ADOPÇÃO DA AGENDA E DO PROGRAMA DE TRABALHO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
D. Relatório dos Trabalhos	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
ANEXO I - Resoluções e Declaração Ministerial Adoptada pela Comissão na sua Quadragésima Sexta sessão	
A. RESOLUÇÃO	
B. DECLARAÇÃO MINISTERIAL	
ANEXO II – Relatório do Comité de Peritos da Sexta Sessão Anual das Reuniões Conjuntas da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África e Conferência da União Africana dos Ministros da Economia e Finanças	
A. PARTICIPAÇÃO	
B. ADOPÇÃO DA AGENDA E DO PROGRAMA DE TRABALHO	
C. RELATÓRIO DOS TRABALHOS	

Introdução

1. A Sexta Sessão das Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da União Africana (UA) e Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) foi realizada em Abidjan, Côte d'Ivoire, nos dias 25 e 26 Março de 2013. A Conferência foi realizada sob o Tema “ *Industrialização para uma África emergente*”.

2. A Conferência foi realizada sob a visão de que o recente crescimento económico em África não tinha sido inclusivo, dado que muitos milhões de africanos ficaram aprisionados no ciclo vicioso de pobreza devido a falta de diversificação das fontes de crescimento, incluindo a contínua excessiva dependência das exportações de produtos de base. Foi igualmente observado que o crescimento tinha sido acompanhado em grande parte pelo desemprego e uma crescente desigualdade em alguns países. Além disso, recursos naturais significativos de África estavam a ser extraídos e exportados na sua forma bruta e não como produtos acabados. Portanto, nenhum valor foi adicionado às exportações de produtos de base extractivos do continente. Esta foi uma oportunidade perdida grave para um desenvolvimento económico mais robusto, diversificado e sustentável. Além disso, alguns desses recursos eram recursos insubstituíveis, não-renováveis, e a sua exploração tinha geralmente ligações fracas com o resto da economia e conseqüentemente menor contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do que poderia ter sido alcançado. Além disso, a dependência de África relativamente às exportações de produtos de base expôs o continente a preços de produtos de base globais voláteis e a instabilidade económica.

3. A aceleração da agenda de industrialização de África era uma forma de sustentar as conquistas recentes do crescimento económico. A industrialização contribuiria igualmente para a criação sustentada de riqueza dado que os recursos naturais de África e outras matérias-primas seriam convertidos em produtos de valor acrescentado para exportação para os mercados globais. Além disso, a industrialização iria ajudar a construir economias competitivas que poderiam ser integradas de forma produtiva na economia global. A Industrialização era, portanto, um pré-requisito para o desenvolvimento acelerado de África.

4. A Conferência, portanto, trocou impressões sobre a forma como os países africanos poderiam conceber e implementar estratégias e políticas industriais eficazes que iriam apoiar a promoção do valor acrescentado e a transformação económica, bem como reduzir a dependência de África relativamente à produção e exportação das mercadorias no seu estado não transformado. Tais estratégias não devem centrar-se apenas na promoção de um crescimento elevado e sustentável a longo prazo, mas devem garantir igualmente que os benefícios desse crescimento são largamente compartilhados, a fim de reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida de todos os africanos.

5. A conferência foi organizada em torno de quatro sessões plenárias: (a) "Aceleração da Industrialização em África"; (b) "A Industrialização e Transformação Estrutural em África"; (c) "Planificação da Industrialização"; e (d) "Financiamento da

Industrialização de África ". A Conferência, que atraiu palestrantes de África e outras regiões, foi interactiva.

6. Este relatório tem quatro secções principais: A Secção A apresenta a lista dos participantes, enquanto a Secção B apresenta o resultado das consultas sobre a eleição da Mesa da Conferência. A agenda e programa de trabalho, conforme adoptadas, são apresentados na Secção C.

7. Os Trabalhos da Conferência encontram-se apresentados na Secção D, que apresenta igualmente o resumo das sessões plenárias. A Secção termina com o resultado dos debates sobre o relatório e as principais recomendações da reunião do Comité de Peritos que precedeu o segmento ministerial, bem como a Declaração Ministerial e resoluções.

A. Participação

8. Participaram na reunião os representantes dos seguintes Estados-membros Argélia, Angola, Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, o Gambia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Sierra Leone, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda e Zimbabwe.

9. As seguintes Comunidades Económicas Regionais estiveram representadas: O Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD).

10. Os seguintes Órgãos e Agências Especializadas das Nações Unidas estiveram representados: a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização Marítima Internacional (IMO); o Fundo Monetário Internacional (FMI); a União Internacional das Telecomunicações (UIT); a Organização Internacional para as Migrações (OIM); o Programa Conjunto das Nações Unidas para o VIH/SIDA (ONUSIDA); o Gabinete do Conselheiro Especial para África (OSAA); o Gabinete de Nova Iorque das Comissões Regionais (RCNYO); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD); o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI); O Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA); o Banco Mundial (BM); o Programa Mundial Alimentar (PAM); a Organização Mundial da Saúde (OMS); e a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

11. Observadores dos Estados-membros das Nações Unidas estiveram igualmente presentes: Canada e Estados Unidos da América.

12. Estiveram igualmente presentes representantes do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Nova Parceira para o Desenvolvimento de África (NEPAD), Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA), Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico (BADEA), Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UNEMOA).

13. Estiveram presentes Observadores da seguintes organizações: Action Aid internacional (AAI); Conselho Consultivo Africano (AAB); African Business Roundtable (ABR); Centro Africano para o Reforço de Capacidades no domínio do Desenvolvimento (AFCAB); Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD); Fundo de Investimento para a Infância (CIF); African Centre For Applied Research and Training in Social Development (ACARTSOD); African Population and Health Research Centre (APHRC); AMYRIS, Cote d'Ivoire Association for Export Promotion (APEX-CI); Bloomfield Investment; National Federation of Industries and Services of Côte d'Ivoire (NFISC); The Africa Governance Monitoring and Advocacy Project (AfriMAP); African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD); Association of African Development Finance Institutions (AADFI); União Postal Pan-Africana (PAPU); Pan-African Productivity Association (PAPA); Save the Children; the Future Group; International Organization for the Francophonie (OIF); Africa Governance and Monitoring Project; African Capacity Building Foundation (ACBF); African Center for Capacity Building (AFCAB); African Export Import Bank; African Health Economics and Policy Association (AfHEA); African Monitor (African Voices for Africa's Development); Centre for Constitutional Governance; Central Organization of Trade Unions (COTU); Collaborative Africa Budget Reform Initiative (CABRI); Columbia University; Congress of African Economists; Coalition for Dialogue on Africa (CODA); Fundação Bill e Melinda Gates; Department for International Development (DFID); Fundação Mo Ibrahim; Organization for Economic Co-operation and Development (OECD); OXFAM International; United States Agency for International Development (USAID); United States Mission to the African Union (USAU); Packard Foundation; African Institute for Development Policy (AFIDEP); Economic and Statistical Observatory for Sub-Saharan Africa (AFRISTAT); Social Development Strategy and Planning Office (SDSPO); Community of Sahel-Saharan States (CEN-SAD); Confederation of African NGOs; International Planned Parenthood Federation (IPPF), Ivorian Centre for Economic and Social Research (CIRES); East-West Centre (EWC); European Centre for Development Policy Management (ECDPM); Green Cross International (GCI); Harvard University; Institute of Diplomatic Practice and Development Policies (IDPDP); International Development Research Centre (IDRC); Ivorian Employers' Association; Japan International Cooperation Agency (JICA); University of California at Berkley; University of the Congo; University of Ibadan; John Hopkins University; University of Nairobi; University of Thies; and William and Flora Hewlett Foundation.

B. Eleição da Mesa

14. Os seguintes Estados-membros foram eleitos por unanimidade pela Conferência para constituir a sua nova Mesa:

Presidente:	Côte d'Ivoire
Primeiro Vice-Presidente:	Quênia
Segundo Vice-Presidente:	Argélia
Terceiro vice-presidente:	Lesoto
Relator:	Camarões

C. Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

15. A conferência adoptou a seguinte Agenda.

1. Abertura da Conferência
2. Eleição da Mesa e adopção da Agenda e do Programa de Trabalho
3. Diálogo Político Ministerial sobre o Tema da Conferência "Industrialização para uma África Emergente"
 - Aceleração da Industrialização em África
 - Industrialização e Transformação Estrutural em África
 - Planificação da Industrialização
 - Financiamento da Industrialização de África
4. Lançamento do *Relatório Económico sobre África, 2013*
5. Sessão de Informação para os Ministros
6. Novas Orientações Estratégicas da CEA
7. Apreciação de relatório e das recomendações importantes da reunião do Comité de Peritos da Sessão de Reuniões Conjuntas da Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA e Conferência da União Africana dos Ministros da Economia e Finanças.
8. Apreciação e adopção do Projecto de Declaração Ministerial e Projecto de Resoluções.
9. Diversos
10. Encerramento da Conferência

D. Relatório dos Trabalhos

Abertura da Conferência [Ponto 1 da Agenda]

16. A conferência foi aberta pelo S.E. Alassane Ouattara, Presidente da República da Cote d'Ivoire, que proferiu o discurso inaugural sobre o tema da Conferência. Discursos de abertura foram proferidos por S.E. Sr. Désiré Guedon, Presidente Cessante da Mesa da Conferência e Ministro de Estado da Economia, Emprego e Desenvolvimento Sustentável do Gabão; S.E. Dr. Carlos Lopes, Subsecretário-geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da CEA e S.E. Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da União Africana (CUA).

17. O Sr. Desire Guedon começou por agradecer o povo da Cote d'Ivoire pela sua calorosa hospitalidade, e a seguir informou sobre as actividades realizadas pelo secretariado no período em análise. Estes incluíram o Fórum de Ajuda em África, a 3ª reunião sobre a governação e a participação popular; a Conferência do Rio+20 e suas reuniões de seguimento; a Preparação de África para a 57ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, a contribuição para o trabalho em curso sobre energia, comércio e industrialização, e os trabalhos preparatórios do Grupo Africano para a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas em Nova Iorque.

18. O Tema da Conferência, "Industrialização para uma África Emergente", foi importante devido a potencial contribuição da industrialização na melhoria do desempenho económico de África e, conseqüentemente, a redução da pobreza. O seu país, o Gabão, que teve uma visão de "Um Gabão emergente até 2025", envidou muitos esforços para o desenvolvimento dos produtos de base locais e a exportação de produtos de valor acrescentado com elevada qualidade. Em Abril de 2013, o Gabão iria organizar um *workshop* para promover essa visão para África e resto do mundo. Por último, o Sr. Guedon agradeceu os membros da Mesa Cessante da Conferência pelo seu trabalho durante o ano transacto e desejou sucessos à nova Mesa.

19. Ao tomar a palavra, Dr. Lopes afirmou que esta era a sua primeira Conferência como Secretário Executivo da ECA e agradeceu aos Ministros, Governadores e outros participantes pela sua participação. Afirmou que a África, necessitava de se reclassificar como um lugar seguro para fazer negócios. Na verdade, África era tida como um continente cheio de conflitos, apesar do número de conflitos no continente ter reduzido drasticamente em comparação com a Ásia e a Índia, por exemplo, onde, apesar das guerras violentas que aí se travam, não serem vistas como locais hostis para o negócio. Para que África avance para uma situação de afro-entusiasmo, terá de controlar a sua narrativa, especialmente nesta altura em que se prepara para comemorar os 50 anos de unidade continental

20. África tinha que aproveitar o momento actual de crescimento económico e avançar para um momento de transformação estrutural e não ajuste estrutural. O continente deve usar a sua vasta base de matérias-primas e recursos naturais para orientar a sua agenda de industrialização. Contudo a referida agenda, não é isenta de desafios. Estes desafios incluem a crescente urbanização das cidades africanas, o aumento da população juvenil, baixos níveis de infra-estrutura e as alterações climáticas. As Alterações Climáticas, no entanto, poderiam ser usadas como uma força para o bem, através da economia verde.

21. O Dr. Lopes disse que a CEA estava a trabalhar em conjunto com a CUA e o Banco Africano de Desenvolvimento numa "visão 2063", bem como noutras questões, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e a Agenda de Desenvolvimento pós-2015. A CEA continuaria a trabalhar activamente em áreas em que tinha vantagem comparativa. Por último, deu destaques do novo processo de reestruturação da CEA e as novas áreas de enfoque, tendo como o novo mantra do CEA "Primeiro África".

22. No seu discurso, a Senhora Nkosozana Dlamini Zuma afirmou que África estava a realizar progressos em muitas áreas, incluindo a paz, segurança e governação; e estava também a atrair investimento directo estrangeiro (IDE). Contudo, desafios ainda existiam em termos de enfoque sobre o património líquido; a criação de postos de trabalho decentes; barreiras de género; e a instabilidade política, como resultado de situações de conflito recorrente e endémicas. Embora a população africana estivesse a crescer, a estrutura das suas economias continuou inalterada, o que clama por uma industrialização ampla e difusa em todo o continente. África deve aprofundar a sua integração e cooperação entre os países membros para que nos próximos 50 anos seja reconhecida globalmente como uma força económica e política integrada.

23. A Senhora Zuma apelou para uma mudança de paradigma na forma como África conduz os seus assuntos. Essa mudança necessitava de uma liderança ousada e visionária, de estratégias inovadoras e dinâmicas e da implementação de uma industrialização audaz pelos países africanos. A Comissão da UA estava a desenvolver uma visão para África 2063 e encontrava-se presentemente realizar consultas alargadas com os Estados-membros, as CER e outros órgãos. A visão seria apresentada na próxima Cimeira da União Africana.

24. No seu discurso de abertura S.E. Dr. Alassane Ouattara deu as boas-vindas a todos os delegados à bela cidade de Abidjan. Afirmou que o país tinha voltado a ocupar o seu lugar depois de ter passado por uma experiência difícil durante anos.

25. Afirmou que o tema da Conferência era muito importante, especialmente devido ao facto da industrialização ser importante para o desenvolvimento de África. Um esforço concertado dos países africanos para construir a sua capacidade produtiva e diversificar rapidamente as suas economias levaria ao crescimento económico sustentável e à prosperidade. Instou os países africanos a não continuar com a excessiva dependência das exportações de produtos de base e em vez disso a acrescentar valor significativo às suas exportações de produtos de base.

26. A pobreza em África poderia ser significativamente reduzida através de políticas de industrialização sustentada. Ao mudar da excessiva dependência dos produtos de base para a manufactura de produtos de alto valor acrescentado, muitos africanos poderiam sair da situação de pobreza em que se encontram, à medida que empregos remuneradores fossem criados, especialmente para os jovens e mulheres. Além disso, através do reforço da capacidade produtiva, o desenvolvimento tecnológico de África seria melhorado, resultando num aumento da produtividade e salários mais elevados. A industrialização levaria igualmente à promoção do espírito empresarial e à criação de vínculos sectoriais, incluindo com os sectores de agricultura e serviços.

27. A Cote D'Ivoire iria implementar políticas sólidas para lançar uma estratégia de industrialização visando alcançar o estatuto de país de renda média, a fim de contribuir para o aumento da produtividade, inovação, tecnologia e transferência de conhecimentos.

28. Finalmente, o Presidente Ouattara declarou formalmente aberta a Conferência e desejou sucessos aos Ministros nas suas deliberações.

Diálogo Ministerial de política sobre o Tema da Conferência “ Industrialização para uma África Emergente [Ponto 3 da Agenda]

(a) Aceleração da industrialização de África

29. A Sr. Zeinab Badawi, apresentadora do Programa da BBC “*World News Today*” moderou a sessão Aceleração da industrialização de África.

30. S.E Sr. Daniel Kablan Duncan, Primeiro-Ministro e Ministro da Economia e Finanças da República da Cote D'Ivoire, foi o primeiro orador da sessão. Identificou vários obstáculos no desenvolvimento socioeconómico e industrial de África, incluindo, a fraca integração nos mercados de comércio do mundo, baixa competitividade dos produtos do continente, mão-de-obra fraca devido aos baixos níveis de competência, infra-estrutura inadequada e um ambiente de negócios não favorável. Os instrumentos para enfrentar estes obstáculos incluíam o estabelecimento de um quadro macroeconómico que apoiasse a agenda de industrialização de África, a formulação de políticas que iriam melhorar o ambiente de negócios no continente, garantindo produtos de melhor qualidade e respeito pelas normas e padrões internacionais, o fortalecimento do capital humano, a utilização de tecnologias inovadoras e a promoção do sector privado de África.

31. Referindo-se à Cote D'Ivoire, S.E Sr. Duncan mencionou o facto de o país ter iniciado uma visão de emergência económica até 2020. Contudo para alcançar esta visão, o país teria de enfrentar três desafios principais: (a) manutenção da paz e segurança; (b) levar a cabo o processo de reconciliação nacional; e (c) garantir um crescimento económico renovado e sustentado. Relativamente ao terceiro desafio, a Cote d'Ivoire previa crescer a uma taxa sustentável de 10 por cento em cada ano do quadro da visão. Além disso, o país tinha tomado medidas/acções complementares, incluindo: a criação de zonas económicas especiais; a transformação significativa de produtos agrícolas em produtos de valor acrescentado; a promoção de pequenas e médias indústrias; e o estabelecimento de um quadro de gestão de qualidade.

32. S.E. Donald Kaberuka, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no seu discurso de abertura, afirmou que os produtos africanos poderiam competir favoravelmente nos mercados globais, porque o continente gozava de certas vantagens competitivas. Por exemplo, os produtos africanos poderiam concorrer em termos de preço uma vez que os custos da mão-de-obra eram baixos no continente. Reconheceu que o tempo de entrega dos produtos africanos era bastante longo devido à inadequada infra-estrutura de transportes, barreiras não-físicas ao comércio, incluindo portos e procedimentos aduaneiros ineficientes. Além disso, a produção de produtos de alta qualidade era ainda um desafio em África, mas que poderia ser superada através do desenvolvimento dos recursos humanos e formação adequada para melhorar as competências dos trabalhadores. Os países africanos deviam ter uma massa crítica de cientistas e engenheiros experientes para garantir que suas indústrias fabricavam produtos de alta qualidade. Os Países africanos tinham que enfrentar igualmente os seus desafios de cortes de energia,

através da redução dos custos de produção e melhoria da competitividade das suas indústrias. No geral, as indústrias ineficientes e não competitivas não deviam ser promovidas. Contudo, subsídios poderiam aplicados para sectores como o da energia; Mas isso tinha que ter um tempo limite e estratégias de saída claramente definidas.

33. S.E. Mr. Trevor Manuel, Ministro da Presidência responsável pelo pela Comissão do Planeamento Nacional da África do Sul concordou com o Sr. Donald Kaberuka que os subsídios apenas funcionavam bem em certas circunstâncias e geralmente introduziam distorções de mercado. São necessárias Instituições de Estatísticas fortes para garantir a devida fundamentação dos subsídios. O tamanho de uma economia era um factor importante no crescimento da industrialização de um país. A população da China com 1,2 mil milhões, por exemplo, foi um factor que contribui para o crescimento industrial do país. A população de África, com um mil milhão de pessoas por outro lado, estava distribuída por 54 países, resultando em várias economias pequenas, o que faz com que a integração regional seja um imperativo para a industrialização do continente. Além disso, a industrialização da África exige que governos se concentrem no desenvolvimento dos seus recursos humanos e também numa liderança forte e visionária. África tinha que modelar o seu próprio destino e aproveitar as oportunidades oferecidas pelos seus abundantes recursos naturais a fim de apoiar a sua agenda de industrialização. Apelou aos Ministros para desenvolver planos de desenvolvimento de curto e longos prazos.

34. S.E. Sr. Bachir Messaitfa, Ministro da indústria da República Popular Democrática da Argélia, afirmou que o seu país tinha uma estratégia industrial a longo prazo, que se baseava em pilares complementares, incluindo o reforço de infra-estruturas, o desenvolvimento do capital humano, a actualização de tecnologia e o fortalecimento das instituições de estatísticas para facilitar uma política informada e a monitorização, a fim de garantir uma melhor governação visando a transformação estrutural. A sua intervenção girou em torno das seguintes ideias: diversificar a produção e as exportações; transformar a economia de produtos de base em produtos numa economia com elevado conteúdo tecnológico; facilitar o comércio para entrar em mercados tradicionais e novos; apoiar as empresas locais; melhorar o ambiente de negócios; desenvolver uma rede de empresas; e apoiar o desenvolvimento de parcerias público-privadas.

35. S.E. Dr. Kandeh Yumkella, Director-geral da ONUDI, disse na sua intervenção que a industrialização era um processo deliberado e a longo prazo. África tinha ocasionalmente, devido a necessidades de curto prazo, abraçado programas que distraíram o continente das suas prioridades. Teve de criar cerca de 10 milhões de empregos para satisfazer o aumento súbito do número de jovens no continente, usando a industrialização como uma opção viável. Os governos africanos devem fornecer um apoio forte ao processo de industrialização, inclusive através da criação de instituições especiais que apoiem as suas indústrias. Apesar de reconhecer que a África tinha que adoptar o crescimento económico ecológico, os países do continente deviam determinar eles próprios as suas necessidades e opções de energia.

36. O Dr. Carlos Lopes foi o painelista da sessão. Afirmou que África tinha um problema de marca. Ásia, por outro lado, não era vista como como um continente onde era arriscado fazer negócio, embora enfrentasse conflitos semelhantes ou conflitos sociais e políticos mesmo piores do que os de África. África havia adoptado certas políticas que estavam a prejudicar a industrialização do continente. O fraco sistema de regulamentação de África permitiu que produtos baratos, nomeadamente da China, inundassem o mercado do continente. Reconheceu que os países africanos haviam ingressado tardiamente na indústria transformadora e, portanto, teriam de enfrentar forte concorrência para penetrar os mercados globais. Concordou com S.E. Sr. Trevor Manuel que a África tinha de conceber formas inovadoras de tributação e empréstimo ("Tributar inteligentemente e contrair empréstimos de forma sensata") para garantir a sobrevivência e o crescimento das suas indústrias. Isso significava essencialmente que o continente tinha que identificar formas de proteger as suas indústrias dentro dos limites das regras multilaterais e regulamentos, tais como os acordos da OMC. Reiterou que a protecção das indústrias nascentes não deve ser infindável e era importante definir claramente como acabar com essa protecção.

37. No debate que se seguiu, os participantes identificaram vários desafios e oportunidades para a industrialização e transformação social em África. Primeiro, África era um continente diversificado em termos de recursos e da riqueza de seus Estados-membros. Portanto, a debate sobre a industrialização tinha que ir além das questões gerais e abordar as circunstâncias específicas dos países. Independentemente dos recursos naturais disponíveis num país, a industrialização necessitava de uma liderança forte, finanças e uma força de trabalho qualificada.

38. Em segundo lugar os altos custos de transacção, e os longos tempos de entrega de produtos prejudicavam a competitividade das empresas africanas. Por exemplo, as fábricas do continente pagam impostos mais elevados aos governos do que as fábricas da Ásia, onde baixos custos de energia constituíam uma forma "inteligente" de subsidiar as indústrias locais. Além disso, debates sobre como subsidiar as indústrias devem tomar em consideração a base tributária dos países em causa.

39. Em terceiro lugar a Integração regional, criou um ambiente favorável para a industrialização, dado que proporcionou grandes mercados para os produtos e garantiu que indústrias se beneficiassem de economias de escala. Ênfase foi, portanto, colocada em abordagens regionais e sub-regionais para a industrialização. Uma integração regional eficaz necessitava de infra-estruturas regionais, incluindo as que ligam os países sem litoral aos portos dos seus vizinhos costeiros. Necessitava igualmente de comunidades económicas regionais funcionais. Os países africanos, especialmente os das mesmas comunidades económicas regionais, deviam ser desencorajados de produzir e comercializar os mesmos produtos. Além disso, era importante que os países africanos promovessem e salvaguardassem os direitos de propriedade intelectual.

40. As seguintes recomendações resultaram dos debates:

- Os países africanos devem reforçar a sua força de trabalho através da melhoria dos sistemas educativos e formação especializada;
- As Indústrias nascentes devem ser protegidas dentro dos limites dos acordos multilaterais. Tal protecção deve ter um tempo definido e ter uma estratégia de saída;
- Os países africanos e as organizações regionais devem reforçar os direitos de propriedade intelectual e reforçar a marca dos seus produtos;
- Os países africanos devem desenvolver, a partir de experiências passadas, estratégias visando um processo de industrialização mais curto do que os do Ocidente e da Ásia.
- Os países africanos deviam procurar produzir e comercializar produtos diferentes ao invés dos mesmos produtos.
- Os países devem impulsionar seu processo de industrialização com a criação de zonas económicas especiais.

(b) A industrialização e a Transformação Estrutural de África

41. O objectivo da sessão, de acordo com o moderador, Sr. Daniel Makokera, Director Executivo da *Pamuzinda Productions*, foi o de questionar como África devia acelerar a industrialização e a transformação estrutural. Cada painelista apresentou as suas observações iniciais, ao que se seguiram debates gerais.

42. No seu discurso, S.E Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana, salientou que África teve um bom desempenho na frente económica na última década. As experiências na área da industrialização, que iniciaram com a fase de substituição de importações durante as décadas de 60 e 70 e seguida pela fase de promoção de exportações, durante as décadas 80 e 90, não alcançaram os resultados esperados em termos de desenvolvimento industrial e transformação estrutural. Havia uma necessidade de entender o que cada país africano faz bem para promover a especialização. Para esse fim, a "Visão 2063" de África identificaria os principais desafios, questões estratégicas e prioridades que África teria de enfrentar nos próximos 50 anos e procuraria meios eficazes de abordá-los. A visão oferecia uma oportunidade perfeita para os decisores políticos avaliarem o desempenho de África nos últimos 50 anos a fim de aprenderem com essa experiência e definirem uma meta para a criação de uma África emergente até 2063. Para que o desenvolvimento industrial seja uma realidade, existe uma necessidade de promover a agenda regional Africana visando aumentar o mercado dos produtos africanos. Instou, portanto, os países africanos a concluírem a Zona de Comércio livre Continental (CFTA) logo que possível. A Coordenação interministerial era o factor chave para a promoção da industrialização nos Estados-membros. Da mesma forma, os países devem implementar rapidamente quadros regionais de política, incluindo o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA), o Programa Integrado para o Desenvolvimento de Agricultura em África (CAADP) e o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas de África (PIDA). Por último, Dr. Mkwezalamba chamou a atenção para a importância da posição comum africana relativamente à Agenda de Desenvolvimento pós-2015 na definição e influenciar a agenda internacional de desenvolvimento futuro.

43. Dr. Chris Elias, o Presidente do Desenvolvimento Global na Fundação Bill e Melinda Gates, explicou que o dividendo demográfico oferece uma oportunidade de ouro a África de alcançar o crescimento económico acelerado com a visão correcta estabelecida. Embora África como um todo tenha realizado enormes progressos no seu desempenho demográfico em termos de redução das taxas de mortalidade neonatal e infantil, existiam ainda vários desafios de desenvolvimento social em todos os países. Advertiu que os países apenas tirariam vantagens do dividendo demográfico se realizassem investimentos inteligentes no planeamento familiar e serviços de modo a abordar a esperada diminuição rápida na fertilidade desejada. Apelou igualmente a melhorias na nutrição e saúde infantil e na educação da rapariga, especialmente a nível do ensino secundário e exortou os ministros a investirem na cadeia de valor, de modo que África pudesse acrescentar valor significativo aos seus produtos agrícolas e matérias-primas. Tais investimentos ligariam as empresas nacionais do continente às cadeias globais de valor. Por último, apelou para a realização de investimentos crescentes na formação do desenvolvimento de competências dos jovens com vista a apoiar a agenda de industrialização.

44. S.E. Sr. Désiré Guedon, Ministro de Estado para Economia, Emprego e Desenvolvimento Sustentável do Gabão e Presidente da Mesa Cessante da Conferência sublinhou a necessidade dos países criarem empregos decentes adequados para os novos recém-chegados ao mercado de trabalho, particularmente a juventude. O Alto nível de desemprego da juventude tinha o potencial de comprometer a estabilidade social. A industrialização deve ser apoiada por políticas que criem um ambiente de negócios viável e um clima de investimento favorável. Os países africanos devem investir em infra-estrutura de qualidade e capital humano, a fim de atrair IDE. Instou os países africanos a terem regulamentação adequada visando apoiar a promoção do sector privado em África; e destacou igualmente a necessidade de se garantir que o sistema de educação providencie diplomados com as competências exigidas pelos empregadores.

45. S.E. Professor Abdoulaye Bathily, Ministro de Estado na Presidência do Senegal, disse que sem a industrialização era impossível criar postos de trabalho adequados para os jovens recém-chegados ao mercado de trabalho. Contudo havia uma necessidade de se fortalecerem as forças sociais que iriam impulsionar a industrialização. A promoção de empresários industriais como resultado da intervenção do Estado através de subsídios e provisão de bens públicos e serviços de infra-estrutura física básicos era um elemento-chave da política industrial. A Integração regional era igualmente um importante pré-requisito para a promoção do desenvolvimento industrial. Por último, as parcerias público-privadas eram importantes para a criação de condições fundamentais para a transformação estrutural. Juntou-se a outros oradores no apelo para uma liderança política forte e visionária para impulsionar a agenda da industrialização.

46. S.E. Dr. Michel Sidibé, Subsecretário-geral e Director Executivo do Programa Conjunto das Nações Unidas para o VIH/SIDA, enumerou as prioridades na promoção da industrialização como sendo: a manutenção da estabilidade macroeconómica; a redistribuição das oportunidades económicas; garantir a justiça social; e mobilizar recursos para fornecer produtos farmacêuticos. Sublinhou a

importância da promoção do empreendedorismo e acordos de parceria público-privada para incentivar a produção local de produtos farmacêuticos nos países africanos com vista para melhorar a segurança humana e conseqüentemente o crescimento económico.

47. Após uma breve síntese da experiência dos países da América Latina relativamente à industrialização, Professor Glauco Arbix, Presidente da *Innovation Agency, FINEP*, com sede no Brasil, explicou que inovação e desenvolvimento económico não acontecem por acaso, mas como resultado de uma estratégia bem concebida, apoiado por políticas adequadas que exigiam uma liderança forte disposta a tomar decisões difíceis para o benefício do país a longo prazo. O Brasil adoptou uma estratégia em duas vertentes para a promoção do desenvolvimento industrial, investindo na redução da pobreza de rendimento, desigualdade e educação para melhorar o capital humano, um grande impulsionador da inovação. Era igualmente importante criar um ambiente propício para a promoção da inovação, o que Professor Arbix definiu como a transformação de ideias em produtos e processos e, finalmente, o desenvolvimento económico. Igualmente importante era a necessidade de criar parcerias entre os sectores públicos e privados no processo de industrialização.

48. Os debates que se seguiram aos discursos iniciais dos painelistas centraram-se no seguinte: a) a necessidade de planificação a longo prazo e boa governação; (b) o importante papel de liderança e de uma visão de longo prazo no processo de industrialização; (c) a necessidade de se acrescentar valor às matérias-primas; (d) o papel do sistema de educação na produção de competências necessárias para apoiar o processo de industrialização; (e) e a importância da ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento industrial.

49. Os participantes à Conferência concordaram que a industrialização era um processo a longo prazo, que deve ser orientado por uma liderança visionária e boa governação e um processo de planeamento a longo prazo com a participação de todos os intervenientes, incluindo os sectores público e privado e a sociedade civil. Embora a promoção da exportação fosse um primeiro passo importante na industrialização, esta deve ser acompanhada pela diversificação da economia. O ensino e formação nos domínios técnicos e profissional eram a chave para gerar as competências científicas, técnicas e profissionais necessárias para apoiar o processo de industrialização. Os participantes à conferência reconheceram que à medida que os rendimentos fossem aumentando a implicação do aumento nos custos do trabalho da industrialização poderiam comprometer a competitividade das economias. Contudo, o Professor Bathily argumentou que o custo do trabalho era uma opção política que clamava por um diálogo regular tripartido entre o governo, o sector privado e os sindicatos, como parte da política industrial, para assegurar a paz industrial e evitar que os custos laborais afectassem a competitividade da economia. Os países africanos deviam processar e acrescentar valor às matérias-primas para inverter a tendência das exportações de produtos de base, que foi a pedra angular das instituições extractivas durante a época colonial. O Dr. Mkwezalamba reiterou a importância de se concentrar nos mercados regionais e instou os países africanos a investir na ciência e tecnologia e cumprir o seu

compromisso de consagrar pelo menos 1 por cento de seu produto interno bruto no sector, em consonância com a aprovação da Cimeira da União Africana de 2007.

Recomendações

50. Após o debate do painel, a reunião fez as seguintes recomendações:
Os países africanos devem:

- Definir planos e estratégias nacionais de desenvolvimento a longo prazo, orientados por uma liderança visionária, com a participação de todos os intervenientes, incluindo os sectores público e privado, sindicatos e sociedade civil.
- Como parte dos seus planos e estratégias de desenvolvimento nacional, definir políticas industriais bem concebidas para acrescentar valor às matérias-primas e diversificar a produção e a base de exportação da economia e ligar as empresas nacionais às cadeias globais de valor.
- Criar um ambiente propício para atrair investidores nacionais e estrangeiros incluindo através da promoção da estabilidade macroeconómica, investir no ensino e formação nos domínios técnicos e profissional, com vista a desenvolver as competências científicas, técnicas e profissionais exigidas pela economia industrial, investir em infra-estrutura físicas e serviços de qualidade, outros bens públicos, ciência, tecnologia e inovação e promover a boa governação.
- Reforçar a coordenação interministerial para a realização eficaz das políticas industriais.
- Realizar investimentos inteligentes nas seguintes áreas: informações e serviços sobre o planeamento familiar para satisfazer o aumento da demanda decorrente da esperada redução rápida da fertilidade desejada; nutrição infantil e saúde; educação da rapariga, especialmente a nível do ensino secundário, para tirar vantagens do dividendo demográfico.
- Acelerar a implementação da integração regional de África em geral e a ZCLC em particular.
- Acelerar a implementação de quadros de políticas regionais incluindo AIDA, CAADP e PIDA e alinhá-las às suas políticas e estratégias.

(c) Planeamento da industrialização

51. A Sra. Adama Wade, Directora da *Les Afriques*, Rabat, Marrocos. Foi a moderadora desta sessão em que participaram cinco painelistas.

52. S.E. Sra. Fátima Acyl, Comissária da União Africana para o Comércio e Indústria, informou os participantes que a estratégia da União Africana para planear a industrialização de África tinha como base dois quadros principais, nomeadamente AIDA e a Visão Mineira de África (VMA). Ambos os Quadros tinham sido aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo da UA e acompanhados por planos de acção concretos. A questão pendente era então a implementação, que estava limitada pela falta de meios. O financiamento externo não era uma opção fiável, dado que os parceiros tinham seus próprios interesses e objectivos, que não incluem necessariamente a industrialização do continente. Os Ministros Africanos do Plano e Finanças deviam, portanto, colocar industrialização nas suas agendas de

desenvolvimento de modo a que o seu financiamento pudesse ser assegurado. Existiam vários projectos financiáveis que tinham sido preparados e que clamavam por uma implementação imediata. Há também a necessidade de identificar um líder para a criação de um fundo a ser usado pelos Estados-membros Africanos para o financiamento desses projectos.

53. Dr. Mohamed Fathi Sakr, Conselheiro Económico do Ministro do Plano e Cooperação Internacional do Egipto, compartilhou a experiência do seu país relativamente à industrialização, que, segundo ele, era a força motriz do desenvolvimento e do crescimento económico. O Egipto tinha desenvolvido planos industriais ambiciosos, que levaram à criação de empregos e valor acrescentado para ambos os produtos do sector agrícola e da indústria extractiva. A industrialização do Egipto foi inspirada por uma visão e planificação a longo prazo, tendo estes factores sido chaves para se alcançarem resultados. A planificação foi necessária para identificar as várias indústrias em que os países se tinham de concentrar. Foi igualmente pertinente para definir os papéis e responsabilidades dos intervenientes envolvidos no processo de industrialização, especialmente os do sector privado. Várias fases existiram no processo, e foi útil desenvolver um roteiro para a industrialização, com prazos e metas de crescimento esperados nos diversos ciclos de planeamento. A industrialização deve ser abrangente para ter um impacto positivo na sociedade, em termos de criação de emprego e bem-estar geral. Factores que poderiam apoiar o processo de industrialização incluíam formação patrocinada pelo governo, a tecnologia e a exploração de mercados maiores para produtos de valor acrescentado.

54. O Professor Ladislau Dowbor, da Universidade Católica de São Paulo, Brasil, começou por dizer que o planeamento estratégico foi um dos principais ingredientes que facilitou o sucesso do seu país. O desenvolvimento, a indústria e a justiça social estavam ligados no Brasil. Nos países em desenvolvimento, uma divisão foi criada quando as receitas de exportação foram usadas para importar bens de luxo, o que beneficiou apenas uma pequena parte da população. Quando os rendimentos do país eram derivados dos recursos das indústrias extractivas, recursos externos foram usados para reforçar as forças disponíveis para desenvolvimento interno, como a formação e o fornecimento de bens e serviços. O antigo Presidente Lula transferiu fundos públicos na ordem de 60 \$EU por família por ano, para os mais pobres da sociedade brasileira - uma política que causou uma grande mudança, aumentando o apoio político e estimulando a participação económica, social e política pelos pobres. O exercício teve um efeito multiplicador, incluindo a criação de pequenas empresas e novos postos de trabalho, que por sua vez resultou na procura de local de bens e serviços. Mercados internos foram criados como boas alternativas para mercados internacionais. A mulher desempenhou um papel central no processo dado que o dinheiro que recebeu foi usado para melhorar as condições de vida das suas famílias. Por último, o Brasil tinha um sistema integrado de industrialização, que começava a partir do escalão inferior da sociedade e ia subindo com o desenvolvimento de várias pequenas indústrias.

55. S.E. Dr. Babatunde Osotimehin, Subsecretário-geral das Nações Unidas e Director Executivo do FNUAP, afirmou que a sua organização produziu informação sobre a população e a dinâmica populacional. Hoje, África tinha quinhentos mil

milhões de pessoas jovens, e este número poderia provavelmente duplicar nas próximas décadas. Portanto, educação de qualidade e competências relevantes para a industrialização devem ser providenciadas aos jovens. As mulheres e as raparigas que não tinham a oportunidade de participar em mercados e outras actividades deviam ser capacitadas. O casamento precoce deve terminar, e as mulheres e raparigas devem ter acesso ao planeamento familiar, educação e emprego para torná-las participantes iguais no desenvolvimento do continente. Dr. Babatunde apelou ainda para a promoção da igualdade do género e o respeito pelos direitos dos jovens, incluindo o acesso à educação de qualidade para melhores oportunidades de trabalho.

56. O Dr. Martin Khor, Director Executivo do Centro Sul, de Genebra, iniciou a sua intervenção fazendo comparações entre os países asiáticos orientais e África. Tal como em África, proliferava na Ásia a corrupção, ditadores e mercados controlados, tendo os Estados um grande papel no desenvolvimento. Uma diferença importante entre o desenvolvimento e a industrialização de África e da Ásia era que, ao contrário de países asiáticos, os países africanos eram obrigados a respeitar as políticas do FMI e do Banco Mundial. O consenso de Washington promovia um papel muito limitado do Estado na economia e exortava os países a desmantelarem os seus Ministérios do Plano. Na Ásia, pelo contrário, os ministérios foram mantidos, e os Estados tiveram a oportunidade de expandir instituições importantes com vista a apoiar a sua agenda de industrialização. O Dr. Khor deplorou a prática actual em África, onde as regras eram estabelecidas por parceiros, enquanto na Ásia as regras eram estabelecidas pelos próprios Estados. As regras estabelecidas pelo FMI e Banco Mundial não tinham conduzido a nenhum desenvolvimento apreciável em África, apesar das mesmas terem sido aplicadas por várias décadas.

57. O Dr. Khor apresentou as suas reflexões sobre o comércio internacional em África e alertou para dois problemas iminentes se África assinasse os acordos de parceria económica (APE) propostos pela União Europeia. O primeiro era que os APE removeriam todas as políticas e instrumentos que a Ásia usou para a sua industrialização. Os APE colocariam as tarifas em zero, impedindo o apoio e o desenvolvimento das indústrias locais limitando assim o desenvolvimento das indústrias Africanas. Em segundo lugar, se os países africanos banissem os impostos de exportação, conforme previsto nos APE, os principais instrumentos para acréscimo de valor seriam removidos, particularmente na indústria extractiva, o que frustraria a agenda de industrialização do continente. Terminou a sua intervenção com duas recomendações: (a) os líderes africanos deviam adiar a assinatura dos APE e com o apoio da CEA e da CUA, acelerar o aprofundamento da integração regional; (b) as decisões relacionadas com as parcerias externas deviam ser tomadas colectivamente em África, em vez de individualmente por cada país, o que minimizava os benefícios obtidos pelos países e pelo continente como um todo. Por último, o Dr. Khor instou a União Europeia (UE) a incluir preferências para África na OMC, em vez de exigir que a região colocasse as suas tarifas em zero. Essas propostas, se aceites, seriam benéficas tanto para a UE como para todos os países africanos, incluindo os menos desenvolvidos.

58. Nos debates que se seguiram foram levantadas várias questões que complementaram as intervenções dos membros do painel. Existiam várias

abordagens para a industrialização e África tinha que pesar as opções apropriadas para a região, incluindo a de aumentar o valor dos recursos naturais e promover a inovação e a criatividade. Os participantes instaram os países africanos a integrar a industrialização nos seus quadros de planeamento nacional.

59. Relativamente aos APE, a Conferência observou que a Comissão da União Europeia conduziu as negociações dos EPA na Europa, enquanto em África, as CER, que eram os actores principais, estiveram constantemente sob a pressão da Comissão da União Europeia para cumprir o prazo da assinatura dos acordos. A Conferência reiterou a decisão da Cimeira da UA que a Comissão da UA deve conduzir as negociações dos EPA.

Recomendações

60. Após o debate, a Conferência apresentou as seguintes recomendações:

- Os países africanos são instados a integrar a industrialização nos seus quadros de planeamento a nível nacional.
- Os países africanos devem acelerar a implementação do PIDA, a fim de fornecer África uma infra-estrutura sólida e acessível.
- A União Europeia é convidada a garantir que os APE estão orientados para o desenvolvimento de África, devendo dar igualmente preferência a África a fim de não prejudicar as suas indústrias.
- União Africana é convidada a acelerar a agenda de integração continental.

(d) Financiamento da industrialização de África

61. O quarto painel constituído por seis membros foi moderado por Sr. Komla Dumor:

- Lucas Abaga Nchama, Governador do Banco dos Estados da África Central
- Sr. Adamassu Tadesse, Presidente do Banco de Desenvolvimento e Comércio da África Austral e Oriental (PTA).
- Sr. Sanusi Lamido Sunusi, Governador do Banco Central da Nigéria
- Sr. Abdulla Qassem, Director da *International Engagement*, EXPO 2020 Dubai, Emirados Árabes Unidos.
- Sr. Louceny Nabe, Governador do Banco Central da Guiné, Guiné
- S.E. Sr. Mohamed El Mikkawi, Vice-ministro das Finanças, Ministério das Finanças, Egipto.

62. O Sr. Komla Dumor iniciou a sessão perguntando o Sr. Lucas Nchama sobre o papel de um banco central regional na agenda de industrialização de África. Sr. Nchama enunciou as funções de um banco central regional dentro de uma União Monetária. A principal função de um banco central regional era a de preservar a estabilidade monetária. Contudo, o banco central regional poderia contribuir para as políticas de desenvolvimento dos Estados-membros através do financiamento de várias instituições de desenvolvimento. O Sr. Nchama destacou os desafios de financiamento da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC).

Estes desafios incluíam um fraco sistema financeiro que dificulta que os Estados membros mobilizem fundos suficientes para apoiar sua agenda de desenvolvimento. Recomendou que o sistema financeiro e a prática de negócios devem ser melhorados, a integração regional aprofundada e programas económicos regionais implementados, tendo em vista o avanço da industrialização do continente.

63. O Sr. Dumor, perguntou em seguida ao Sr. Nabe se bancos centrais devem apenas assegurar a estabilidade de preços e monetária e ou ir além dessas responsabilidades básicas. Sr. Nabe concordou com a função básica dos bancos centrais, mas observou que os bancos centrais africanos não deviam ser como os da Europa ou dos Estados Unidos e deviam ir além da política monetária. Deu o exemplo da Guiné, onde foi estabelecido um sistema que permite o co-financiamento pelos bancos de comerciais/privados e o banco central. Existiam certamente dificuldades com o desenvolvimento e o financiamento da indústria, e os bancos centrais deviam garantir que os bancos financiam o desenvolvimento.

64. O Sr. Dumor perguntou ao Sr. Adamassu Tadesse qual era a visão do sector privado relativamente ao papel dos bancos centrais no desenvolvimento. O Sr. Tadesse disse que a sua instituição era um mutuário privado e igualmente uma instituição regional especializada que tinha beneficiado grandemente do aumento da confiança nos investimentos em África. Os bancos centrais deviam contribuir activamente para financiamento das indústrias. Além disso, veículos especializados de financiamento eram importantes; um exemplo a ser seguido era o da *Industrial Development Cooperation (IDC)* na África do Sul. Embora o IDC desempenhasse o papel de uma empresa privada, fazia-lo no interesse nacional, contribuindo grandemente para o desenvolvimento na África do Sul. Apelou aos países africanos para criarem empreendimentos especiais como o IDC.

65. Relativamente ao sector de energia, o Sr. Tadesse afirmou que 10 por cento da carteira da sua instituição dedicava-se à energia. Sr. Sanusi explicou que embora houvesse uma aversão ao investimento no sector da energia, a industrialização era acompanhada pela energia. O financiamento da Industrialização necessitava de um ambiente propício. Na verdade não importa ter apenas políticas correctas, estas devem ser igualmente implementadas para gerar e utilizar o financiamento. A Nigéria, por exemplo, tinha boas políticas, mas não estava a implementá-las. Era responsabilidade do governo criar um ambiente propício para o financiamento, enquanto África deve trabalhar para se tornar suficientemente atractiva para o investimento estrangeiro. Destacou o estudo de caso do Brasil como um exemplo de como o Estado pode liderar uma revolução industrial.

66. Quando perguntado como os Emirados Árabes Unidos (EAU) tinham sido capazes de atrair com sucesso tanto interesse e financiamento, o Sr. Qassem disse que existiam muitos pontos comuns entre os Emirados Árabes Unidos e África, dado que ambos eram uma federação de vários Estados e estavam localizados no Hemisfério Sul. Os Emirados Árabes Unidos tinham-se afastado da dependência do petróleo para uma economia diversificada e tinham sido capazes de desenvolver infra-estruturas devido a políticas sensatas e sólidas. O Banco Central dos Emirados Árabes Unidos não financiava directamente projectos de desenvolvimento, mas desempenhavam a função de organismo regulador. Emirados Árabes Unidos tinham

vários fundos de investimentos públicos, tais como o Fundo de Abu Dhabi, cujo objectivo é o de impulsionar o financiamento do desenvolvimento.

67. O Sr. Dumor mudou o tópico para a questão dos investimentos feitos em África por economias emergentes como a China. Citando o Sr. Sanusi, solicitou que o mesmo desenvolvesse a ideia de que "África deve reconhecer que a China estava em África para defender os seus próprios interesses". O Sr. Sanusi primeiro explicou que qualquer país que acreditava que poderia desenvolver exportando produtos de base estava errado; o desenvolvimento necessitava de industrialização e acréscimo de valor. Portanto, ele não estava a atacar a China sobre seus interesses em África, mas antes a incentivar África para cuidar dos seus próprios interesses. Instou os países africanos a analisar as implicações a longo prazo do seu relacionamento com a China e outros países e a pensar sobre os seus interesses ao negociar termos de comércio e investimento.

68. O debate voltou-se para a integração regional. O Sr. Nchama observou que, como um banco central regional, a sua instituição tratava de questões a nível sub-regional. Destacou a importância de uma maior integração e cooperação, sugerindo a possibilidade da criação de um Banco Central Africano.

69. Sr. Nabe questionou se África estava realmente preparada para uma integração total. Embora o uso do franco CFA criasse um maior espaço económico para a circulação dos factores de produção, se o ambiente das economias nacionais não tranquilizasse as pessoas, seria difícil para países ou regiões atraírem o investimento estrangeiro. Não era a integração regional que iria melhorar o financiamento para a industrialização, mas a vontade política e decisões políticas eficazes.

70. Sr. Sanusi concordou com Sr. Nabe que África não estava pronta para certos aspectos da integração regional, como por exemplo uma moeda comum. De facto, 65 por cento do comércio europeu era efectuado dentro da Europa; 35-40 por cento do comércio asiático era efectuado dentro da Ásia e menos de 10 por cento do comércio africano era efectuado dentro de África. Portanto não há qualquer vantagem em ter uma moeda comum sem um comércio intra-Africano forte.

71. O Sr. Mikkawi apresentou uma panorâmica das reformas fiscais do Egipto, levadas a cabo para abordar o seu difícil sistema financeiro na sequência das agitações políticas. Explicou como o orçamento de estado teve que aumentar e o Banco Central, portanto, teve que tomar medidas severas, que tiveram um impacto nos cidadãos. O governo implementou um imposto de propriedade (onde os ricos pagaram taxas significativamente mais elevadas) e reduziu os subsídios de gás. O Governo desvalorizou igualmente a Libra egípcia em 20 por cento contra o dólar dos EUA. O Egipto tinha criado igualmente um sistema de títulos Islâmico para atrair investimento estrangeiro. Esses títulos foram angariados para financiar infra-estruturas e outros projectos de desenvolvimento.

Recomendações

72. Na sequência do debate do painel, a Conferência fez as seguintes recomendações:

- Os países africanos são convidados a criar fundos soberanos para financiar projectos de desenvolvimento.
- Os países africanos necessitavam de uma liderança visionária para formular e implementar políticas sólidas que apoiarão o ambiente propício para estimular a industrialização.
- Os países africanos são incentivados a aumentar seus mercados financeiros e do sistema de pagamento como mecanismos para apoiar a agenda de industrialização do continente.
- A União Africana é convidada a aprofundar a integração regional e cooperação entre os países, com o objectivo de promover a industrialização do continente.

Lançamento do Relatório Económico de África, 2013 [Ponto 4 da agenda]

73. O painel para o lançamento foi composto pelo Dr. Carlos Lopes, o Dr. Maxwell Mkwezalamba e S.E Dr. Albert Toikeusse Mabri, Ministro do Plano Desenvolvimento de Cote d'Ivoire e Presidente da Mesa da Conferência

74. No seu discurso de abertura, o Dr. Maxwell Mkwezalamba disse que o Relatório Económico de África (REA) dava uma actualização sobre a recente evolução económica no continente. O Relatório foi elaborado por uma equipa conjunta de peritos da Comissão da UA e CEA. Deu uma cronologia das questões tratadas pelos anteriores REA. O tema do relatório tinha sido acordado após debate, e o processo de elaboração do Relatório foi inclusivo, participativo e com base nas recomendações da Conferência da UA dos Ministros de Economia e Finanças e Conferência da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico de 2012.

75. Na sua apresentação, o Dr. Lopes disse que a REA de 2013 apresentava nove estudos de caso sobre países africanos que tinham sido capazes de se industrializar apesar das difíceis condições. África necessitava de recolher e ser proprietária dos seus dados de modo a controlar a sua narrativa. A industrialização massiva não era só necessária em África como também possível em grande escala.

76. Apresentou em seguida as principais recomendações do relatório como se segue:

Os Países africanos são instados a:

- Desenvolver uma política de industrialização adequada
- Acrescentar valor significativo aos seus produtos de extracções mineiras e possuir uma estratégia abrangente de exportação
- Fazer cumprir programas de desenvolvimento da cadeia de fornecimento e mecanismos de monitorização entre empresas líderes
- Desenvolver competências e capacidades técnicas locais

- Negociar acordos de comércio regionais
- Melhorar a implementação de políticas através de uma coordenação entre os ministérios competentes
- Resolver urgentemente nós de estrangulamento e constrangimentos

77. Por último, o Dr. Lopes disse que ao implementar essas recomendações, os países africanos seriam capazes de se movimentar para um ponto de transformação estrutural.

78. No seu discurso, o Ministro Mabri agradeceu a todos os que tinham apoiado a elaboração e a publicação da edição 2013 da REA e informou que cópias haviam sido disponibilizadas a todos os participantes da Conferência. Mencionou igualmente o importante papel das infra-estruturas na industrialização e o seu financiamento. Além disso, o CEA deve procurar outras vias para o financiamento da industrialização. No que diz respeito a esta matéria elogiou o relatório pelas suas recomendações de longo alcance em matéria de reforma política. Declarou em seguida formalmente lançado o Relatório REA de 2013.

Sessão de Informação para os Ministros [Ponto 5 da Agenda]

A. Destaques da Apresentação

79. Três pontos principais da agenda foram apresentados durante esta sessão. O primeiro foi sobre o estudo África 2063, apresentado pelo Dr. Maxwell Mkwezalamba, em que este informou aos Ministros que o estudo foi um esforço conjunto realizado pela Comissão da UA, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a CEA e o BAD. Os Chefes destas instituições constituíram o órgão de fiscalização do estudo. O estudo destinava-se a reflectir sobre as realidades de África (onde o continente se situava) 50 anos após a independência e a sua trajectória de desenvolvimento futuro (para aonde o continente se dirige). O estudo sobre África 2063 era uma agenda compartilhada para o crescimento sustentável e desenvolvimento, sustentada pelos valores de participação e colaboração entre todos os intervenientes, incluindo os Estados-membros da União Africana, as Comunidades Económicas Regionais, a CEA e o BAD.

80. O estudo baseou-se igualmente em planos de desenvolvimento africano anteriores, como o Plano de Acção de Lagos, o Tratado de Abuja e a NEPAD, mas privilegiou particularmente os resultados e o estabelecimento de um sistema baseado em resultados e no processo de implementação. Alguns dos objectivos do estudo foram: desenvolvimento de um quadro estratégico; desenvolvimento de um padrão de informação de base; e o estabelecimento de um quadro de monitorização e avaliação abrangente. Destacou que o calendário que havia sido estabelecido para o estudo, bem como os vários processos consultivos.

81. O segundo ponto da agenda da sessão sobre o tema "Promoção de emprego e Crescimento através da Tributação e Comércio e Transparência: Agenda do G-8 para 2013," foi apresentado pelo Sr. Chris Austen, Director do DFID, Reino Unido. O Sr. Austen informou os Ministros que as relações com o mundo em desenvolvimento, particularmente África, haviam mudado drasticamente e África era

de facto uma história extraordinária de sucesso. As questões relacionadas com o comércio e a tributação eram relevantes para a industrialização e o objectivo geral da Agenda do G-8 era a de facilitar o surgimento de uma revolução de transparência, que iria capacitar os cidadãos a responsabilizar os seus governos. O G-8 continuará, portanto, a apoiar os esforços e iniciativas visando combater o branqueamento de capitais e os fluxos financeiros ilícitos partir de África. O G-8 também estava interessado em patrocinar novas iniciativas sobre dados e normas técnicas, como parte dos esforços para promover a transparência.

82. O terceiro ponto da agenda centrou-se no desenvolvimento das capacidades e foi apresentado pelo Sr. Ulrich Jacoby, Vice-Chefe de Divisão de Parcerias Globais do FMI. O Sr. Ulrich Jacoby forneceu uma visão geral sobre as actividades do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades do FMI e louvou a ênfase colocada pela Conferência no desenvolvimento das capacidades e formação. Destacou a distribuição geográfica dos centros do Instituto, que mostrava que não havia quase nenhum na região africana. Paradoxalmente, embora África fosse a região com as maiores necessidades de desenvolvimento das capacidades tinha a taxa mais baixa de formação na área de desenvolvimento das capacidades, em parte devido à falta de centros de formação no continente. O FMI havia solicitado aos países africanos para concorrerem para acolher centros de desenvolvimento das capacidades do FMI, contudo, apenas as Maurícias tinha sido bem-sucedida no concurso, o que culminou com o estabelecimento do seu Instituto de Formação de África (ATI). O centro providencia formação básica e substancial aos países africanos. Havia a necessidade de apropriação africana do centro, incluindo através da prestação de apoio financeiro para o sustentar.

B. Destaques do Debate

83. Os participantes louvaram CEA, CUA e o BAD pelo estudo da África 2063. Contudo solicitaram esclarecimento sobre o nível de atenção que o estudo prestaria a questões de integração, incluindo a integração financeira do continente, através da adopção de uma moeda comum. O Comissário Mkwezalamba tranquilizou os participantes afirmando que o estudo 2063 identificou a integração, incluindo a integração financeira como uma prioridade-chave. Os Estudos sobre a criação de um Banco Central Africano estavam em curso e um projecto de estratégia conjunta para o estabelecimento de um banco central comum e moeda comum estavam em fase de conclusão. O documento em questão identificou claramente uma série de condições prévias a serem cumpridas antes do estabelecimento de uma zona de moeda e banco central comuns.

84. Embora os participantes tivessem louvado a ideia do Instituto de formação do IMF-África, quiseram saber a razão que fazia com que os recursos utilizados na criação de tal centro não pudessem ser utilizados para apoiar instituições de formação de desenvolvimento das capacidades existentes no continente. A explicação dada foi que embora o FMI gostasse de combinar a sua assistência técnica e instalações de formação, isto era inviável porque os meios técnicos não estavam adaptados para apoiar a formação; e existiriam igualmente complexas restrições jurídicas e financeiras envolvidas nessa acção.

C. Recomendações

85. A conferência recomendou o estabelecimento de um modelo para medir o progresso realizado na integração

Nova Direcção Estratégica da CEA [Ponto 6 da agenda]

86. A Sessão foi presidida pelo Dr. Albert Toikeusse Mabri

87. O Dr. Lopes começou por apresentar a justificação para a nova direcção estratégica, dado que o mundo estava em mudança e a CEA devia igualmente mudar para continuar a ser relevante no Panorama em mudança e na agenda de transformação de África. Deu exemplos de sectores em que o Mundo e África estavam a mudar. No cerne do processo de recalibração estava a ideia de colocar “África em primeiro lugar” no trabalho da CEA. A CEA voltaria a alinhar-se e enfatizaria quatro áreas: (a) Fortalecimento do rigor e relevância do conhecimento produzido pela Comissão, (b) Tornar a CEA a fonte de Autoridade dos conhecimentos analíticos no que respeita o desenvolvimento de África; (c) Produção de conhecimentos, sustentado por estáticas sólidas; e (d) melhorar a apresentação e a comunicação dos produtos de conhecimento da CEA para constituintes políticos.

88. As nove áreas de enfoque da CEA nos próximos anos são:

- **Política macroeconómica:** este subprograma irá sublinhar a importância contínua de maior crescimento em África, baseado na concepção de políticas económicas sãs; promoção do desenvolvimento do sector privado; mobilização de recursos; e a melhoria da governação económica
- **Integração Regional e Comércio:** este subprograma dará ênfase ao papel central da integração regional no desenvolvimento africano, através da promoção da relação entre o comércio, indústria, agricultura, terra, infra-estrutura e investimento e apoiará os países africanos a aumentarem o Comércio intra-africano e a participarem efectivamente no comércio internacional
- **Inovações, tecnologias e gestão dos recursos naturais de África:** este subprograma incidirá a estimulação e o aproveitamento de novas tecnologias e inovação para apoiar o desenvolvimento africano, particularmente no contexto da promoção da economia verde e enfrentar os desafios das alterações climáticas. Promoverá igualmente a implementação da visão de mineira de África e os resultados do Oitavo Fórum Africano de Desenvolvimento.
- **Estatísticas:** O subprograma de estatísticas é vital para a maior ênfase que a CEA coloca na geração de dados para pesquisas de políticas baseadas em evidências e formulação de políticas. As actividades estatísticas da CEA apoiará igualmente a monitorização e a avaliação dos progressos na consecução dos ODM e outras metas internacionalmente acordadas garantindo ao mesmo tempo a disponibilidade de dados de alta qualidade para orientar a formulação de políticas.

- **Desenvolvimento das capacidades:** este subprograma irá desempenhar um papel vital no sentido de garantir que as constatações de políticas chaves da pesquisa da CEA são usados para apoiar a implementação da política nacional aos níveis nacional sub-regional e continental. O Subprograma conseguirá alcançar o que se propõe através do reforço das capacidades dos Estados-membros, Comunidades Económicas Regionais e CUA para implementar as suas prioridades de desenvolvimento.
- **Género e Mulher no desenvolvimento:** Este subprograma continuará a abordar questões emergentes que têm um impacto sobre as mulheres africanas. Promoverá igualmente a integração da autonomização do género e igualdade de género nas políticas nacionais e programas dos Estados-membros, usando dados e provas credíveis.
- **Actividades sub-regionais para o desenvolvimento:** este subprograma será implementado através das cinco sub-regiões, ou seja, Central, Oriental, Norte, Austral e Ocidental de África. Irá aumentar a capacidade dos Estados-membros de formular políticas e planos baseados em evidências e produzir e divulgar estatísticas actuais e de qualidade para perfis de país periódicos e análise de risco para informar a política e a tomada de decisões. Este subprograma irá promover a concepção e a implementação de iniciativas de desenvolvimento sub-regionais.
- **Planeamento do desenvolvimento e administração:** este subprograma será o locus para as actividades de formação para melhorar a gestão do sector público, centradas na formulação da política económica, análise, implementação, monitorização e avaliação. Será igualmente usado para melhorar e reforçar a visão nacional e o planeamento do desenvolvimento nos Estados-Membros.
- **Política de desenvolvimento social:** este subprograma será reforçado para integrar o desenvolvimento humano e preocupações, tais como emprego, população, protecção social e questões da juventude nas políticas e estratégias regionais e nacionais. As actividades nestas áreas vitais serão complementadas através da promoção de um melhor entendimento da prestação de serviços sociais no contexto da gestão e planeamento urbano.

89. O Dr. Lopes explicou ainda que a CEA teria de mudar a sua forma de trabalhar através da adopção de normas de negócios relevantes. O apoio da CEA à Comissão da UA continuaria através de uma abordagem colectiva e iniciativa conjuntas e importantes, garantindo que os centros são governados por um mesmo conjunto de regras, mais disciplina na organização de conferências e *workshops*, a publicação anual de um calendário de eventos, a redução da cultura de conferências e um enfoque sobre a pesquisa e políticas, um enfoque sobre a paridade dos sexos, começando com a integração do género, a reconfiguração das competências dos funcionários com um enfoque na reconversão, uma redução geral nas emissões de carbono pela CEA.

90. Na sua resposta, o Ministro Mabri agradeceu ao Secretário Executivo por partilhar a sua visão com a Conferência e deu a palavra aos participantes.

91. O Sr Trevor Manuel, Ministro da África do Sul louvou o Secretário Executivo pela sua arrojada visão para a CEA e perguntou se a nova recalibração seria feita através da Secretaria Geral das Nações Unidas. A CEA devia trabalhar com organizações com visões semelhantes em África para alcançar o seu objectivo. Deu o exemplo do centro de Política macroeconómica criado nas Maurícias e apelou para que tais entidades cooperassem com a CEA. Alertou igualmente para a necessidade de se desenvolverem indicadores a serem usados em todo o continente bem como o progresso em prol da inovação e informação tecnologias de informação, sem se esquecer da importância da “parte do meio em falta na computação de conjuntos de dados económico e sociais.

92. Um representante do Senegal agradeceu igualmente o Secretário Executivo pela sua visão para a África, dizendo que a CEA deve concentrar-se em tornar as suas publicações e resultados das pesquisas mais relevantes para os decisores de políticas a nível nacional. A CEA também deve publicar um relatório anual sobre a África para mostrar como determinados países estavam a ir ao encontro das metas de desenvolvimento, dado que interessaria mais os tomadores de decisão.

93. Um representante da Argélia também louvou as novas mudanças na CEA e apelou para que a nova visão voltasse a ser reafirmada nas ideias para África 2063. Apelou igualmente para o lançamento rápido do Instituto Africano para Estudos Futuros, cujo objectivo, afirmou, era construir o futuro de África. Tal instituição ajudaria os africanos a usar esses instrumentos no desenvolvimento do continente. Por último, convidou todos os alunos que pudessem obter bolsas de estudo a ir estudar na Argélia.

94. Ao tomar a palavra, um representante da Namíbia louvou as próximas mudanças no trabalho da CEA, especialmente o enfoque sobre as estatísticas e a criação de um banco de dados central. O Governo da Namíbia apoiava totalmente o processo de reestruturação.

95. Um representante das Comores também louvou a nova visão da CEA e afirmou que a Resolução 1 da Cimeira da UA de Janeiro de 2013, já tinha aprovado a transformação da CEA. Endossou ainda as observações da África do Sul e agradeceu a Argélia pela sua oferta aos estudantes africanos.

96. Um representante da Tanzânia também saudou a nova orientação estratégica, recomendando o enfoque sobre o desempenho e um processo orientado para metas. Questionou igualmente por que motivo o emprego tinha sido capturado sob o desenvolvimento económico, ao invés de desenvolvimento social.

97. Um representante de Moçambique louvou o Secretário Executivo pela sua apresentação, especialmente o enfoque sobre pilares claros de implementação. A ênfase sobre a política macroeconómica era importante, e a CEA devia continuar a concentrar-se no crescimento económico como um pré-requisito para o

desenvolvimento. A ênfase sobre estatísticas era neste momento muito importante, dado que era difícil encontrarem-se estatísticas fiáveis sobre África. As Agências de Estatística nacionais deviam beneficiar do reforço institucional. A cultura de “turismo de assistência técnica” devia acabar. Contudo, as necessidades de reforço das capacidades devem ser claramente avaliadas e satisfeitas.

98. Um representante da Tunísia, na sua apresentação, afirmou igualmente que a CEA não deve apenas concentrar-se na pesquisa macroeconómica, mas também sobre os problemas do dia-a-dia. A Tunísia estava também disposta a disponibilizar os serviços da sua agência de estatísticas à CEA.

99. Um representante da Mauritânia tomou em seguida a palavra e informou à Conferência que tudo era uma prioridade em África, e que existiam muitos pré-requisitos para o desenvolvimento pleno de África. Os Estados-Membros, na elaboração e na execução das políticas nacionais, deviam fazer uso dos resultados de pesquisa da CEA.

100. Um representante do Zimbabué também louvou o Secretário Executivo pela nova direcção estratégica, que, deve considerar: o papel do IDE no desenvolvimento; a renovação de infra-estruturas; o acréscimo de valores; a governação económica, especialmente o combate à corrupção; e a agenda pós-2015.

101. Um representante da Guiné Equatorial também elogiou o Secretário Executivo pela sua nova visão, dizendo que era importante levar a sério as questões africanas. Suscitar o interesse do sector privado no desenvolvimento, era igualmente fundamental. Em relação ao financiamento do desenvolvimento, as instituições financeiras internacionais sozinhas não poderiam financiar todas as necessidades de África; outras fontes de financiamento (inclusive doméstico) devem ser procuradas.

102. Um representante do Níger também tomou a palavra e louvou o Secretário Executivo pela sua nova visão para a CEA, dizendo que planeamento deve ser reabilitado em África até ao ponto de se criar ministérios de planeamento autónomos. Concordou igualmente com as observações anteriores sobre a necessidade de se aprofundar mais financiamento para o desenvolvimento.

103. Um representante do Marrocos também louvou o Secretário Executivo pela sua visão, especialmente no que se refere as estatísticas. Destacou a importância do perfil de risco do país. Deveria haver melhor coordenação para a implementação da nova estratégia da CEA, que deve ser concedida máxima prioridade. Aconselhou a CEA a colocar mais ênfase em áreas como o acréscimo de valor e a envolver também outros ministérios, além dos ministérios das finanças e planeamento, para facilitar a implementação a nível nacional. Louvou igualmente o convite da Argélia aos estudantes e disse que Marrocos também estava disponível a partilhar os seus conhecimentos com a CEA.

104. Na sua resposta, o Ministro Mabri, em nome do seu governo, ofereceu para acolher o Instituto Estatístico Africano na Côte d'Ivoire. Convidou em seguida o Secretário Executivo para responder aos comentários dos participantes.

105. O Secretário Executivo agradeceu os Ministros pelo amplo consenso sobre a nova via da CEA. Afirmou que todos os comentários seriam usados para moldar a direcção da nova estratégia. Sobre a questão da medição da integração regional, propôs que a CEA deveria estabelecer um índice de integração regional que seria utilizado pelos países para medir o seu nível de integração regional.

106. O Dr. Lopes informou igualmente aos Ministros que a CEA iria num futuro muito breve elaborar um relatório Africano de desenvolvimento do país que teria o perfil de cada país, sendo a análise de risco actualizada trimestralmente. O Dr. Lopes afirmou que isso iria tornar a CEA mais relevante para os seus intervenientes. A CEA teria uma nova unidade denominada “Renovação de Planificação” que compartilharia as lições de planificação. Haveria outra unidade que iria elaborar previsões dos indicadores chave. A Comissão iria criar uma rede de especialistas para o trabalho técnico, caso fosse necessário.

107. Questões como a priorização, estatísticas, investimento, capacitação e assistência técnica poderiam ser integradas no trabalho em curso da CEA. Ao agradecer a Tunísia por trazer à tona a questão da promoção das mulheres, o Secretário Executivo afirmou que era importante para a África investir nas suas mulheres.

108. Sobre a questão de um orçamento para apoiar o processo de reestruturação, o Dr. Lopes disse que a CEA actualmente tinha um orçamento suficiente, mas os Estados-membros não deviam reduzir o orçamento num futuro próximo. Concluiu a sessão agradecendo a todos os países que haviam apoiado a nova orientação estratégica da CEA e assegurou os Estados-membros que ele aceitaria as suas ofertas de assistência.

Análise do Relatório e das Recomendações importantes da Reunião de Peritos da 6ª Sessão Anual de Reuniões Conjuntas da Conferência da União Africana dos Ministros da Economia e Finanças e da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) [Ponto 7 da agenda]

109. Sob este ponto da agenda a Conferência analisou o relatório da reunião do Comité de Peritos, juntamente com os seis projectos de resolução recomendados pelo Comité. Após extensos debates sobre algumas questões no relatório e algumas das resoluções, a Conferência tomou nota do relatório e aprovou as seis resoluções a ela anexadas, com algumas alterações.

Análise e adopção do Projecto de Declaração Ministerial e Projecto de Resoluções [Ponto 8 da agenda]

110. Sob este ponto da agenda a Conferência analisou uma versão do projecto de Declaração Ministerial da reunião, fez comentários gerais e observações em várias secções do projecto de declaração e propôs pequenas correcções e alterações para melhorá-lo.

111. A Conferência aprovou por unanimidade o projecto de Declaração Ministerial à luz das suas observações e emendas. A versão emendada da Declaração Ministerial encontra-se em anexo ao presente relatório.

Diversos [ponto 9 da agenda]

112. Neste ponto da agenda, a Conferência tomou nota da oferta do Reino do Marrocos de acolher a Sétima Sessão das Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência dos Ministros de Economia e Finanças da UA e Conferência dos Ministros das Finanças, Plano e Desenvolvimento Económico da CEA em Rabat.

113. Houve uma sugestão dos participantes de que a Conferência devia manifestar a sua indignação pelos recentes desenvolvimentos na República Centro-Africana, onde tinha havido uma mudança inconstitucional de governo. Contudo, o Presidente da Mesa disse que seria inapropriado que a Conferência fizesse qualquer declaração sobre a situação no país, dado que a União Africana já dera a conhecer a sua posição sobre o assunto.

114. S.E. Dr. Maxwell Mkwezalamba informou à Conferência que iria deixar a Comissão da UA e a Conferência de Abjdjan, e, que seria portanto, a última como Comissário da UA. Apelou aos Ministros para darem o seu apoio incondicional ao Dr. Anthony Mothae, que o iria substituir como novo Comissário para os Assuntos Económicos em Maio de 2013. Em nome do Presidente da Conferência, o Presidente da Mesa da Conferência agradeceu ao Dr. Mkwezalamba pela prestação de serviço da União Africana e África e desejaram-no sucesso no futuro.

Encerramento da Reunião [Ponto 10 da Agenda]

115. Participaram na cerimónia de encerramento o Primeiro-ministro Daniel Kablan Duncan, o Dr. Lopes, o Dr. Albert Toikeusse Mabri, o novo Presidente da Mesa Conferência e a Sra. Nialé Kaba Ministro da Economia e Finanças no Gabinete do Primeiro Ministro da Côte d'Ivoire.

116. No seu discurso, o novo Presidente da Mesa informou a Conferência que o Comissário da UA para os Assuntos Económicos iria findar o seu mandato no final do ano. Agradeceu ao Comissário Mkwezalamba pelo apoio prestado à Mesa ao longo dos anos. Agradeceu ao Dr. Lopes por apresentar a nova visão estratégica da CEA. Afirmou que a Conferência adoptou seis resoluções e uma declaração a ser conhecida como a "Declaração de Abidjan", visando impulsionar a industrialização de África. Concluiu agradecendo a todos os presentes pela sua participação numa Conferência bem-sucedida.

117. No seu discurso, Dr. Lopes pediu desculpas em nome da senhora Zuma, que teve de deixar a conferência para participar na Cimeira BRICS na África do Sul. O número de participantes à Conferência foi encorajador, dado que havia cerca de 40 Ministros das Finanças, Planeamento Económico e Desenvolvimento presentes, assim como vários empresários e académicos.

118. O momento da Conferência foi bom dado que 2013 foi o ano em que África estava a comemorar os 50 anos da unidade continental. A África 2063 necessitava assim de clareza e de visão. Referindo-se ao lançamento da REA 2013, o Dr. Lopes disse que a África deve contar a sua própria história e criar as suas próprias narrativas através de estatísticas robustas. Deve igualmente apropriar-se da sua própria agenda no contexto global existente. Agradeceu aos Ministros por aprovarem a nova direcção estratégica da CEA, dizendo que os comentários apresentados seriam usados para moldar o processo e os seus resultados. Por fim, agradeceu o Governo e o povo de Côte d'Ivoire pela sua hospitalidade e por ter acolhido um evento altamente bem-sucedido.

119. Um representante da delegação egípcia apresentou em seguida uma Moção de Agradecimento em nome da Conferência. Agradeceu o Governo de Côte d'Ivoire por acolher a Conferência e pelas excelentes condições disponibilizadas. Agradeceu igualmente a Comissão da UA e a CEA pela planificação e organização bem-sucedidas da Conferência.

120. No seu discurso de encerramento, o Primeiro-ministro Daniel Kablan Duncan reiterou igualmente a importância da industrialização para o contínuo crescimento de África. A importância da industrialização de África foi o motivo por que tantos representantes de todos os quadrantes se haviam reunido em Abidjan para a Conferência. Voltou a afirmar que a Visão do Presidente da República da Côte d'Ivoire de transformar o país numa nação emergente até 2020, era muito positiva.

121. Afirmou que a África necessitava de adoptar uma abordagem estrutural relativamente à industrialização, com todos os actores e a trabalhar em conjunto para tornar esse objectivo uma realidade. Da mesma forma, enquanto o continente estava a crescer a uma taxa de 5 por cento, o resto do mundo estava em 3 por cento. Contudo apesar desse crescimento, muito poucos empregos estavam a ser criados para a juventude, contribuindo para a desigualdade no emprego e rendimentos, bem como na mortalidade materna. Da mesma forma, maiores mercados e mais profundas de integração e as recomendações da Relatório Económico de África da CEA colocariam a África em igualdade de circunstâncias com os Tigres Asiáticos. Por ultimo, a Côte d'Ivoire estava determinada a incluir os resultados da Conferência no seu processo de industrialização.

Anexo I – Resoluções e Declaração Ministerial adoptadas pela Comissão na sua Quadragésima Sexta Sessão

A. Resoluções

907 (XLVI) Industrialização para uma África Emergente

A Conferência de Ministros,

Reconhecendo que o forte desempenho económico actual de África, os seus vastos recursos humanos e naturais inexplorados assim com as alterações dinâmicas que caracterizaram as estruturas económicas globais, o equilíbrio de poderes e os mercados mundiais na última década criaram oportunidades reais e colocaram desafios para o Continente em termos de promover a industrialização e o crescimento sustentável e partilhado bem como a transformação económica inclusiva, a criação de emprego e a redução da pobreza,

Reconhecendo ainda a adopção do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA) e a Visão Mineira Africana (AMV), pelos Chefes de Estado Africanos, durante as Cimeiras da União Africana, realizadas em 2007 e 2009, respectivamente, como quadros continentais para o desenvolvimento industrial, permitindo o reforço da diversificação económica, a criação do valor acrescentado e o aproveitamento dos recursos minerais para o desenvolvimento sustentável, entre outros;

Tendo em consideração que para industrializar e transformar as suas economias, a África precisa implementar com eficácia acções de política nos níveis nacional, regional e continental, incluindo planos eficazes de desenvolvimento de longo prazo, coordenados e estratégias industriais para tratar os constrangimentos e aproveitar as oportunidades emergentes, resultantes da intensificação da cooperação Sul-Sul e outros parceiros de desenvolvimento para o desenvolvimento económico e social da África.

Evocando o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a formulação de uma estratégia de transição suave para países afectados por mecanismos de graduação com a categoria dos países menos desenvolvidos,

1. **Apela** aos Governos Africanos para adoptarem e implementarem uma política industrial coerente de modo a acelerar a agregação de valor da produção local, ligações entre o sector dos produtos de base e outros sectores económicos;
2. **Exorta** os Governos Africanos a criar mecanismos apropriados inclusivos e transparentes de concepção de política industrial, a fim de elaborar roteiros prioritários específicos sobre a política industrial, tendo em vista a criação do valor acrescentado, em estreita colaboração com os intervenientes nomeadamente o sector privado, a sociedade civil, as instituições de investigação e inovação;
3. **Exorta igualmente** aos Governos Africanos a desenvolver políticas apropriadas centradas na criação do valor acrescentado ao nível local, promover a

participação local na cadeia de valor, eliminar a burocracia e racionalizar os regulamentos, bem como garantir uma assistência técnica e financeira para o desenvolvimento de vínculos;

4. **Exorta ainda**, os Governos africanos a adoptar estratégias adequadas para vincular as empresas locais às cadeias de abastecimento regionais e globais, incluindo programas personalizados de desenvolvimento de cadeias de abastecimento para que as referidas empresas se mantenham competitivas;

5. **Insta** os governos Africanos e as Comunidades Económicas Regionais a negociar acordos comerciais regionais e a promover o comércio intra-africano, incluindo a rápida implementação do acordo relativo à Zona de Comércio Livre continental, assim como outros acordos comerciais regionais, com vista a melhorar as infra-estruturas regionais, harmonizar os procedimentos alfandegários e as medidas de desarmamento das barreiras tarifárias e não tarifárias;

6. **Encoraja** os países africanos a eliminar as barreiras tarifárias e não-tarifárias, as restrições e os nós de estrangulamentos na área de infra-estruturas, incluindo as infra-estruturas transfronteiriças, bem como resolver o problema da utilização das vias de acesso que ligam os produtores agrícolas aos centros de processamento e a utilizar o acesso aos produtos de base para garantir o financiamento favorável para o sector de infra-estruturas, para além de alavancar as parcerias público-privadas para a provisão de infra-estruturas;

7. **Exorta ainda** os países africanos a melhorar a coerência de políticas e a sua utilização, através da coordenação entre os Ministérios e outros intervenientes, incluindo o sector privado em consonância com a AIDA e VMA;

8. **Solicita** aos países africanos para melhorar a sua coordenação aos níveis regional e continental assim como harmonizar estreitamente os quadros nacionais de desenvolvimento industrial com as prioridades do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África, trabalhando em estreita colaboração com vista à elaboração de uma visão comum, de tal modo a influenciar o programa económico mundial e ajudar na preparação dos resultados da globalização a favor de África;

9. **Apela ainda** aos governos africanos para atribuírem recursos adequados para a implementação do Plano de Acção para o Desenvolvimento Acelerado de África e outras iniciativas regionais orientadas para a industrialização;

10. **Solicita** à CUA e à UNECA para fazerem um estudo e recomendar estratégias e mecanismos apropriados para estimular e apoiar as tecnologias de ponta nacionais, os conhecimentos endógenos bem como a inovação baseada no saber, incluindo a criação de Centros Regionais de Tecnologia em cada Comunidade Económica Regional;

11. **Solicita ainda** à CEA e à CUA para desenvolverem uma abordagem coerente que ajudará os países africanos a reforçar as suas capacidades e prosseguir com a

industrialização, de uma forma efectiva, com base nas suas vantagens comparativas;

12. **Solicita** que a CEA, em colaboração com o Escritório do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, os Países em Desenvolvimento sem Acesso ao Litoral e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, ajude estes países na elaboração de políticas industriais que sirvam de base para uma industrialização suportada em recursos naturais e na diversificação económica.

908 (XLVI) Reorientar e reactivar a Comissão Económica para a África, com vista a apoiar a transformação estrutural de África

A Conferência de Ministros

Evocando a Decisão (Assembly/UA/Dec.450 (XX)), da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana de 28 de Janeiro de 2013, que adopta a reorientação estratégica da acção da Comissão Económica da África, em apoio à transformação estrutural acelerada de África

Evocando ainda o mandato da Comissão, tal como foi adoptado pelo Conselho Económico e Social, na sua Resolução 671A (XXV), de 29 de Abril de 1958, e emendado pelas suas Resoluções 974 D.1 (XXXVI), de 05 de Julho de 1963, 1343 (XLV), de 18 de Julho de 1968 e 1978/68 de 04 de Agosto de 1978;

Consciente das Resoluções da Assembleia Geral 45/177, de 19 de Dezembro de 1990, 45/264, de 13 de Maio de 1991, e 46/235 de 13 de Abril de 1992, que apelam para o reforço do papel das comissões regionais;

Consciente ainda da Resolução A/RES/66/288, da Assembleia Geral e do documento final da Conferência de Rio+20, nos quais as Comissões Regionais da ONU e outras organizações regionais são convidadas a apoiar os países em desenvolvimento a promover uma economia verde nas respectivas regiões, com vista a atingir um desenvolvimento sustentável nos domínios económico, social e ambiental.

Tomando nota da Resolução 67/266, da Assembleia Geral, relativa à análise quadrienal completa, que encarrega a Comissão Regional a realizar actividades operacionais para o desenvolvimento nos níveis nacional, sub-regional e regional;

Notando com satisfação o processo consultivo em curso na Região Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 e sublinhando que entre as prioridades da Agenda figuram a transformação económica estrutural e o crescimento inclusivo; a inovação e a tecnologia; a igualdade de género e o desenvolvimento humano;

Felicitando-se pelos esforços dos países africanos de lançar uma grande transformação estrutural e se tornarem em países de rendimento médio, apoiando-se na promoção da boa governação, num processo racional de tomada de decisão e de gestão macroeconómica, numa melhor planificação da economia, numa gestão eficaz dos recursos naturais e das alterações climáticas, na exploração do dividendo demográfico, na mobilização reforçada dos recursos nacionais, na realização da equidade de géneros assim como no investimento em infra-estruturas físicas e no capital humano;

Tomando nota do documento do Secretário Executivo, com o título “Novas Orientações Estratégicas da Comissão Económica para África rumo ao Desenvolvimento Transformador Continente “(E/ECA/COE/32/10); O Quadro Estratégico Revisto/ o Plano Programático Bienal para a o período 2014-2015 (E/ECA/COE/32/15). O Proposto Orçamento de Programas para o Período 2014-2015 (E/ECA/COE/32/12) e OS Estatutos do Instituto Africano para O Desenvolvimento e Planificação Económica (E/ECA/COE/32/14),

1. **Solicita** à Comissão Económica para África para reforçar as suas capacidades em matéria de política de investigação baseada em factos, da produção de dados estatísticos actualizados e dados de qualidade assim como na prestação de serviços de consultoria melhorados aos Estados-membros;
2. **Mandata** o Secretariado Executivo para realinhar os programas e as prioridades da Comissão Económica para África, tendo em vista a apoiar o programa de desenvolvimento para a transformação da União Africana;
3. **Adopta** o Quadro Estratégico revisto da Comissão Económica para África e o Orçamento do Programa relativo ao Biénio 2014-2015;
4. **Adopta ainda** os estatutos actualizados do Instituto Africano de Desenvolvimento Económico e de Planificação (IDEP) como uma instituição especializada de formação que deve prestar assistência aos Estados-membros na concepção e gestão de políticas económicas, assim como pela planificação, monitorização e avaliação e **Solicita** ao Secretário Executivo do Comissão Económica para África para enviar os referidos estatutos ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas, para fins de obtenção de parecer administrativo necessário para a sua implementação efectiva.
5. **Solicita** ao Secretário-geral das Nações Unidas para prestar apoio necessário à Comissão Económica para África para o alinhamento das suas actividades e suas prioridades em África, em conformidade com a decisão dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana

909 (XLVI) Identificar e Aproveitar o Dividendo Demográfico em África

A Conferência de Ministros,

Reconhecendo que o dividendo demográfico de África constitui uma oportunidade para o Continente registar um desenvolvimento social generalizado e um crescimento económico acelerado, como consequência de mudanças demográficas capazes de estimular o crescimento económico com impacto significativo na redução da pobreza;

Constatando que se a África pretende realizar e capitalizar o seu dividendo demográfico, é conveniente aumentar e manter um grande investimento para as mulheres e os jovens, principalmente no que diz respeito à educação das raparigas, saúde materno-infantil e à satisfação das necessidades não satisfeitas da mulher em matéria dos cuidados de saúde reprodutiva, principalmente o planeamento familiar;

Constatando ainda com satisfação os trabalhos que estão a ser realizados nesta área pela Comissão da União Africana e pela Comissão Económica para África, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a População, do Banco Africano de Desenvolvimento e de outros parceiros, nomeadamente a USAID, a Fundação Bill Gates e a Fundação Packard, entre outros;

Convencida de que para a obtenção de benefício do dividendo demográfico, é necessário intensificar esforços para a melhoria da governação, da transparência e da responsabilização.

1. **Compromete-se a:**

- **Garantir** a integração efectiva de factores sociais, demográficos e sanitários geradores de emprego nas estratégias e políticas de desenvolvimento globais, principalmente na formulação dos planos estratégicos de médio prazo;
- **Aproveitar** o dividendo demográfico para construir vantagens comparativas e competitivas, através de estratégias de desenvolvimento humano adequadas;
- **Assegurar** investimentos, sustentáveis e eficazes, nos sectores da saúde e da educação bem como no domínio da ciência e tecnologia;
- **Aumentar** investimentos, sustentáveis e eficazes, na saúde materno-infantil, neonatal e da criança, principalmente na saúde reprodutiva, através da segurança alimentar e na promoção dos cuidados da saúde para as pessoas idosas;
- **Integrar** novos actores no mercado de trabalho e os trabalhadores pobres na economia formal através da política laboral que crie emprego integral e produtivo bem como oportunidades de trabalho decente para todos, principalmente para os jovens facilitando sistemas de protecção sociais igualitários para todos;

- **Reforçar os mecanismos de responsabilização** que reúnam todos os parceiros do desenvolvimento importantes, que capacitem as pessoas e aumentem a sua participação efectiva na sociedade;
- 2. **Solicita** à Comissão Económica para África e à Comissão da União Africana a desenvolverem uma Iniciativa de Dividendo Demográfico Continental que permitirá ao continente Africano acelerar o desenvolvimento e contribuir para o renascimento Africano;
- 3. **Convida** as agências multilaterais, parceiros bilaterais, fundações, grupos de reflexão, ONG, instituições de investigação e Universidades para trabalhar com a Comissão da União Africana, a Comissão Económica para África e o Banco Africano de Desenvolvimento a fim de prestarem assistência técnica, competências e recursos financeiros, de modo a permitir aos Estados-membros agir, realizar e adquirir os benefícios dos respectivos dividendos demográficos;
- 4. **Solicita** à Comissão da União Africana apresentar a Iniciativa do Dividendo Demográfico Continental e os conteúdos desta resolução nas Conferências dos Ministros da Saúde, Ministros do Desenvolvimento Social, Ministros da Indústria, Ministros da Educação e os Ministros da Juventude da União Africana;
- 5. **Solicita ainda** à Comissão da União Africana a estabelecer fundos para facilitar actividades de pesquisas no dividendo demográfico em África, com o apoio dos Estados Membros e parceiros de desenvolvimento.

910 (XLVI) Posição comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento após-2015

A Conferencia de Ministros,

Notando o progresso feito no continente no sentido de se alcançar as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), consciente dos desafios ainda existentes nos esforços para se cumprir todos os ODM até 2015,

Evocando as decisões da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, solicitando à Comissão da União Africana para, em colaboração com a Comissão Económica para África e o Banco Africano de Desenvolvimento, lhe submeter anualmente um relatório, acompanhado por dados estatísticos sobre os progressos realizados pelo Continente na realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento;

Consciente do papel limitado desempenhado pelos actores africanos na elaboração da Declaração do Milénio e dos ODM;

Evocando a decisão dos Chefes de Estado e do Governo da União Africana através da qual solicitaram, em Julho de 2012, à Comissão da União Africana, ao Banco Africano de Desenvolvimento ao Programa das Nações para o Desenvolvimento para aprofundar as consultas relativas à Agenda de Desenvolvimento após-2015, com o objectivo de definir as prioridades africanas;

1. **Toma nota** do projecto do relatório sobre o Progresso em Alcançar os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio em África em 2013 e recomenda a sua adopção pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Maio de 2013;
2. **Exorta** os países para alocarem recursos adequados necessários para os ODM;
3. **Toma nota** do projecto da Posição Comum Africana que reflecte as prioridades de África para a Agenda de Desenvolvimento após 2015;
4. **Exorta** a Comissão da União Africana, a Comissão Económica para África, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento a criar um grupo de trabalho técnico para traduzir as prioridades de África sobre a Agenda de Desenvolvimento após-2015 em metas e objectivos concretos, de tal modo que possam ser integrados no processo de elaboração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e no programa adoptado a nível mundial pós-2015;
5. **Exorta ainda** todos os países africanos e as CER para possuírem, apoiarem, sensibilizarem e criarem alianças sobre a posição comum de

África para permitir que todos falem em uma só voz sobre a análise global, relativa a elaboração da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

911 (XLVI) Estatística e Desenvolvimento Estatístico

A Conferencia de Ministros,

Reiterando a importância da informação estatística para a elaboração, monitorização e avaliação de programas e políticas de desenvolvimento assim como para o reforço da integração económica e política de África;

Notando os progressos realizados pela Comissão Económica para África, Comissão da União Africana e pelo Banco Africano de Desenvolvimento na elaboração e implementação de quadros continentais, estratégias e iniciativas tais como o recenseamento da população em 2010, os programas de registo de nascimento e as respectivas estatísticas, incluindo o programa realizado ao nível continental, destinado a apoiar os esforços na agenda de integração de África;

Reconhecendo que apesar dos progressos realizados até ao presente, ainda há muito por fazer em África, por forma a elevar o desenvolvimento da estatística ao ponto onde esta última poderá ajudar efectivamente o Continente a apoiar e apropriar-se da sua filosofia de desenvolvimento;

Felicitando-se pelo papel central dedicado à estatística no contexto do reposicionamento da Comissão Económica para África e à vontade firme de criar a investigação e o saber, promover o consenso e oferecer serviços do reforço de capacidades e serviços de consultoria em diferentes áreas temáticas que contribuam para a Agenda de Desenvolvimento dos países africanos;

Felicitando-se ainda pela decisão dos Chefes de Estado e do Governo da União Africana sobre a Criação do Instituto da Estatística da União Africana;

Saudando ainda a oferta pelo Governo do Cote d'Ivoire para sediar o Centro africano de Formação de Estatística após a sua criação;

1. **Congratula** os países que assinaram e ratificaram a Carta Africana da Estatística e exorta os que ainda não o fizeram para a assinarem e ratificarem este documento o mais rapidamente possível;
2. **Decide** atribuir recursos adequados para a produção e utilização de dados estatísticos, em conformidade com os princípios da Carta Africana da Estatística;
3. **Solicita** à Comissão da União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento, Comissão Económica para África e ao Programa das Nações para o Desenvolvimento a criar um grupo de trabalho encarregue pela elaboração de indicadores para a Agenda de

Desenvolvimento pós-2015, em função das prioridades definidas na Posição Comum Africana e submeter um projecto da lista de indicadores até finais de 2013;

4. **Exorta** a Comissão da União Africana, a Comissão Económica para África e o Banco Africano de Desenvolvimento a consagrarem a próxima reunião dos Directores Gerais dos Institutos Nacionais de Estatística à promoção da produção e utilização da estatística económica detalhada, incluindo a contabilidade do capital natural, visando apoiar adequadamente a transformação das economias africanas;
5. **Convida insistentemente** a Comissão Económica para África, a Comissão da União Africana e o Banco Africano de Desenvolvimento a preparar um Plano Estratégico Quinquenal para o Centro de Formação Estatístico Pan-Africano, para ser apresentado na reunião dos Directores Gerais dos Escritórios de Estatística Nacional Africana até Novembro de 2013;
6. **Solicita** à Comissão da União Africana, ao Banco Africano de Desenvolvimento, à Comissão Económica para África e às Comunidades Económicas Regionais para prepararem um plano estratégico para a operacionalização do Instituto da União Africana para a Estatística no sentido de organizar uma reunião do grupo de peritos, com o objectivo de definir caminhos e meios para a sua implementação de acordo com a decisão dos Chefes de Estado e do Governo da União Africana;
7. **Solicita** aos Institutos Nacionais de Estatística a estabelecer unidades de coordenação para a recolha regular de dados estatísticos, com base em instrumentos harmonizados, elaborados pelo Grupo Técnico Especializado 1 da Estratégia de Harmonização das Estatísticas em África;
8. **Solicita** o reforço das capacidades da Divisão de Estatística da Comissão da União Africana, a fim de lhe permitir uma melhor coordenação na estratégia de produção de estatísticas relativas à governação, paz e segurança;
9. **Solicita** ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Comissão Económica para África, Instituto Africano da Estatística, assim como aos outros parceiros de desenvolvimento para continuar a apoiar os esforços da Comissão da União Africana na implementação do Plano de Acção do Grupo Técnico Especializado.

912 (XLVI) Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros de Economia e Finanças da União Africana

A Conferência dos Ministros,

1. **Toma nota** do relatório da reunião de Peritos encarregue de validar os Estatutos do Fundo Monetário Africano e os seus Anexos, do Relatório do seminário de Peritos para a validação do projecto do Relatório Intercalar sobre o Estudo Técnico relativo à criação de uma Bolsa Pan-africana de Valores e do Relatório Intercalar sobre as Novas Fontes de Financiamento da União Africana (UA);
2. **Solicita** à Comissão da União Africana para enviar aos Estados-membros os Estatutos revistos do Fundo Monetário Africano, o projecto do Relatório sobre o estudo técnico relativo à criação da Bolsa Pan-africana de Valores e o estudo revisto sobre as Novas Fontes de Financiamento da União Africana. Os Estados-membros deverão enviar as suas observações à Comissão da União Africana dentro de duas semanas, o mais tardar até 15 de Abril de 2013;
3. **Convida** a Comissão da União Africana a convocar uma Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças, em Outubro/Novembro de 2013, a fim de proceder a análise e revisão dos Estatutos do Fundo Monetário Africano, do projecto do Relatório sobre o Estudo Técnico relativo à criação da Bolsa Pan-africana de Valores, do estudo revisto relativo às Novas Fontes de Financiamento da União Africana assim como a questão da Coligação Triangular Sul/Sul, em apoio à Agenda pós-2015 para a África;
4. **Convida** todos os Estados-membros da União Africana a participar na Sessão Extraordinária;
5. **Solicita** que sejam mobilizados recursos financeiros suficientes com vista a garantir o êxito da Sessão.

B. Declaração Ministerial

1. Nós, Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico, reunimo-nos em Abidjan, Côte d'Ivoire, a 25 e 26 de Março de 2013, para a Sexta Sessão das Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência da União Africana (UA) dos Ministros da Economia e Finanças e Conferência da Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA) dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico.
2. Acolhemos entre nós a presença e a participação dos Ministros da Indústria e do Comércio e, como se tornou habitual, os Governadores dos Bancos Centrais de muitos dos nossos países e regiões.

Industrialização para Uma África Emergente

3. Nós, deliberamos sobre o tema, "Industrialização para uma África Emergente", um tema que consideramos crucial para a capacidade dos nossos países de colher os benefícios do crescimento. No presente contexto económico global e tendo em conta a própria necessidade de transformação estrutural do continente, a industrialização tornou-se um imperativo para o desenvolvimento de África e a sua busca cautelosa não pode ser adiada por mais tempo.

4. Observamos que a taxa de crescimento médio dos países africanos elevou-se para 5 por cento em 2012, após uma desaceleração em 2011, ocasionadas por uma combinação de condições adversas internas e externas. Além de preços altos dos produtos de base, é animador constatar que uma variedade de factores contribuíram para esse desempenho económico, incluindo a melhoria da gestão macroeconómica e do ambiente de negócios, a procura doméstica reforçada associada ao aumento da renda, uma crescente classe média e rápida urbanização, aumento dos gastos públicos, comércio reforçado e laços de investimento com economias emergentes, recuperação económica pós-conflito em vários dos nossos países.

5. Notamos, contudo que apesar do retorno de África a uma trajetória de crescimento positivo, o padrão de desenvolvimento no continente permaneceu misto. O crescimento da África não se traduziu numa comensurável criação de emprego proporcional e as taxas de pobreza continuam altas na maioria dos nossos países, em parte porque as nossas economias continuam a depender fortemente na produção de produtos de base e nas exportações. Esta dependência é a vulnerabilidade associada às flutuações do preço, acarreta enormes perdas de renda por falta do acréscimo de valor e oportunidades perdidas de criação de postos de trabalho adicionais e decentes que o processamento de produtos de base traria. O progresso na promoção do acréscimo de valor, desenvolvimento de ligações enlace e diversificação das exportações, permanece limitado a alguns países, sectores e produtos de base.

6. Entendemos que para a África traduzir o crescimento numa transformação estrutural abrangente, deve prosseguir activamente uma estratégia de industrialização baseada em produtos de base que estamos convictos é possível e benéfico. Além de sua predominantemente jovem população e em urbanização, África pode orgulhar-se de possuir recursos naturais significativos, incluindo terra abundante, solos férteis, bem como petróleo e minerais. O acréscimo de valor aos produtos de base cria emprego e rendimento, contribui para a diversificação da base de competência tecnológica local e das capacidades industriais, resulta em ganhos de eficiência do *cluster* de desenvolvimento e gera repercussões positivas em termos de conhecimento e informação. Ajuda igualmente os países a reduzir a exposição a riscos elevados que caracterizam os mercados de produtos de base devido à especulação e a flutuação de preços.

7. Reconhecemos que a valorização dos produtos de base de África requer uma liderança visionária e dinâmica, bem como acções eficazes e coordenadas para adoptar e implementar uma política industrial coerente. Clama igualmente pela

introdução de políticas macroeconómicas e comerciais favoráveis e de acompanhamento; intervenções estratégicas para inserir empresas indígenas no valor global e regional e cadeias de abastecimento; o reforço das capacidades locais e capacidades tecnológicas, o levantamento das restrições de infra-estrutura e de obstáculos; de melhoria da implementação de políticas através de uma melhor coordenação entre os ministérios; e a negociação de acordos regionais de comércio e investimentos que promovam o comércio intra-Africano. Nós sublinhamos particularmente o facto de que o desenvolvimento de infra-estruturas e energia constituem principais impulsionadores para um programa de industrialização bem-sucedido e comprometemo-nos a trabalhar com todos os intervenientes nos nossos diversos países para mobilizar o financiamento necessário, tendo em conta a inclusão financeira a usar os serviços postais.

8. Reconhecemos também que o sector privado tem um papel decisivo a desempenhar na industrialização de África. Ao mesmo tempo que continuamos a acolher todos os IDE que podemos atrair, incentivamos especialmente os dos investidores no sector privado Africano, a participarem activamente no sector industrial. Para tal, comprometemo-nos a trabalhar em parceria com o sector privado a longo prazo, a fim de assegurar a gestão frutuosa e expansão das iniciativas que visam estimular a produção industrial, incluindo no sector agro-industrial e melhorar a produtividade industrial no continente. Da mesma forma, nós convidamos o sector privado a participar nos programas públicos destinados a acelerar a transformação estrutural de África.

9. Podemos constatar as possibilidades de acção individual e coordenada providenciada pelas estruturas regionais tais como o Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA), o Programa de Integração Mínimo (MIP), o Programa Abrangente para o Desenvolvimento Agricultura de África (CAADP), o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) e Zona de Comércio Livre Continental. Entendemos que os mercados regionais oferecem grandes oportunidades à espera de serem aproveitadas. Além de facilitar os vínculos de produção local, entre e dentro dos países, os mercados regionais também oferecem oportunidades de aprendizagem e permitem que as empresas nacionais criem as suas capacidades de produção passo a passo.

10. Reconhecemos ainda que os acordos comerciais com os países industrializados e emergentes são importantes para penetrarmos em novos mercados. Contudo estes acordos precisam ser concebidos, negociados e ordenados de uma forma que criem e preservem o espaço da política necessário para a industrialização e implementação eficaz de iniciativas de integração regional. Oportunidades abundam num ambiente global de ajuste estrutural multipolar e pós-estruturais para o desenvolvimento criativo e aplicação das políticas e estratégias para a rápida industrialização de África

11. Ao incentivar os países africanos ricos em recursos a melhor aproveitar suas riquezas naturais para alcançar o desenvolvimento industrial, também incentivamos países não ricos em recursos a realizar os investimentos necessários nos seus recursos humanos, físicos e institucionais para alcançar a transformação das suas

economias. Notamos que quer sejam ricos em recursos ou não, todos os países africanos devem o mais rapidamente possível iniciar actividades sofisticadas, inovadoras, não baseados em recursos, através das quais podem construir o valor interno de forma incremental, sustentado pela transição para crescimento e desenvolvimento orientado para o conhecimento.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a Agenda de Desenvolvimento Pós -2015

12. Saudamos os progressos realizados pelos países Africanos na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Contudo, preocupados com os avanços lentos em alcança-los e estando cientes das desigualdades espaciais, baseadas no género, de renda e demográficas que perduram no acesso aos serviços sociais, comprometemo-nos a investir na melhoria da disponibilidade e qualidade dos serviços sociais, particularmente nas áreas de meio ambiente, saúde, educação, água e saneamento, como parte de uma nova política social transformadora e pacto de desenvolvimento

13. Tendo em mente o horizonte da agenda de desenvolvimento pós-2015, sublinhamos a importância central do contexto, auto-esforço, apropriação, disponibilidade de recursos e outros dinamizadores para as perspectivas de resultados mais robustos na consecução de metas estabelecidas. A este respeito, louvamos a CUA, CEA e BAD pelos seus esforços na realização de consultas regionais e continental sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 e solicitamos as instituições para assegurar que as prioridades africanas constam efectivamente dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) e da agenda. Para tal, solicitamos às três instituições colaboradoras para traduzir a posição comum africana em metas concretas, indicadores e metas, através da mobilização de todas as energias e as parcerias necessárias para garantir o sucesso.

Seguimento do Rio+20

14. Assinalamos o documento final da Reunião de Implementação Regional de África (África-RIM) como uma contribuição chave africana para os processos de seguimento da RIO+20 e solicitamos a CUA, ECA, BAD e outros parceiros relevantes a acelerarem o desenvolvimento de um Plano de Acção Regional para uma implementação coordenada dos resultados da Rio+20 em África. Esse plano deve incluir estratégias para a integração dos resultados da Rio+20 nas políticas nacionais de desenvolvimento, estratégias e planos, tendo em conta a necessidade de equilibrar os imperativos do desenvolvimento económico, social e ambiental. Instamos igualmente que sejam tomadas as medidas necessárias para alcançar uma convergência rápida entre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 e os processos de seguimento da Rio+20, particularmente os SDGs, no sentido de assegurar uma agenda de desenvolvimento das Nações Unidas “Unidos na Acção”.

Dividendo demográfico de África

15. Assinalamos a importância de África introduzir medidas imediatas para capitalizar o seu dividendo demográfico, através de maiores e sustentados investimentos na saúde e educação, particularmente no respeito a s mulheres, a rapariga, a juventude e os grupos sociais desfavorecidos, com vista a reforçar as vantagens competitivas do continente. Estes investimentos devem ser reforçados pela adopção do planeamento social, urbano e políticas macroeconómicas a adequadas. Encorajamos a CUA e CEA em colaboração com o BAD e outros parceiros institucionais, a continuarem a alargar o seu trabalho em curso nestas áreas.

Reorientação Estratégica CEA

16. Notamos a nova orientação e reestruturação estratégica da CEA relativamente às prioridades do seu programa e métodos de execução concebidos para permitir que a Comissão sirva de melhor forma a agenda de transformação africana num mundo em mudança. Constatamos igualmente o apoio manifestado pelos líderes africanos relativamente a reorientação da CEA e apelamos ao Secretário-geral das Nações Unidas para fornecer o apoio necessário a CEA com vista a que esta melhor o seu trabalho de acordo com as prioridades de África.

17. Saudamos também os resultados do exercício de reorientação da CEA que coloca as estatísticas para a formulação de políticas baseadas em evidências e o planeamento eficaz no cerne da geração de pesquisa, política, conhecimento e consenso. Aprovamos igualmente a nova estratégia para a criação da capacidade de desenvolvimento e assessoria em diferentes áreas temáticas que são relevantes para a agenda de desenvolvimento dos países africanos. Em apoio aos esforços em curso para a transformação das economias africanas, comprometemo-nos a reforçar os sistemas estatísticos nacionais, com especial ênfase para produção e utilização de estatísticas económicas detalhadas e agregados afins. Comprometemo-nos igualmente a fornecer às instituições africanas de estatísticas, incluindo a CEA os dados necessários para o seu trabalho. Assinalamos os progressos realizados na implementação da Carta Africana sobre Estatísticas e a Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA), bem como os mecanismos institucionais para a implementação dessas estruturas.

18. Saudamos igualmente os aspectos do exercício de reorientação e reestruturação da CEA que conferem total responsabilidade por todas as actividades de formação e *workshops* afins ao Instituto Africano para o Desenvolvimento Económico e Planeamento (IDEP) e a integração programática mais profunda do Instituto na CEA que isto implica. Podemos constatar os progressos significativos que o Instituto realizou ao longo dos últimos anos em reequipar-se para servir as necessidades de formação dos Estados-membros. Além disso, saudamos a parceria que o Instituto está construir com universidades africanas e Grupos de Reflexão para execução descentralizada dos seus programas de formação. Encorajamos igualmente a sua expansão e colaboração mais estreita com a CUA. Mais uma vez saudamos o aumento a atribuição do orçamento regular das Nações Unidas ao

Instituto e saudamos a expansão de apoio extra-orçamental da CEA ao Instituto. Apelamos aos Estados membros para continuarem a apoiar o programas e actividades do IDEP, cumprindo as suas obrigações de forma regular e atempada. Instamos igualmente o Secretário Executivo da CEA para tomar as medidas administrativas adequadas para o processamento completo dos estatutos actualizados do Instituto junto dos os organismos competentes das Nações Unidas, incluindo o Conselho Económico e Social.

Parceria Global de Cooperação para Desenvolvimento Eficaz

19. Assinalamos as acções tomadas pela CUA pela Agência de Planeamento e Coordenação da NEPAD (NPCA), em consonância com a decisão da Assembleia AU XIX sobre a participação de África na Parceria Global da Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PG), que foi lançado em Junho de 2012, substituindo o Grupo de Trabalho para a Eficácia da Ajuda (WP-FEP). Reiteramos os apelos de África para que lhe seja atribuída um segundo assento no Comité Directivo como um constituinte importante para o desenvolvimento a cooperação. Saudamos a inclusão do GP como um ponto da agenda permanente da Conferência da UA dos Ministros de economia e Finanças e Conferência da CEA dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico. Apelamos os países africanos para participarem activamente no PG e propomos que se deve criar um grupo de referência consultiva africano composto por dois representantes por região, numa base rotativa, com a CUA/NPCA como Secretariado, com a finalidade de efectuar consultas regulares sobre as actividades do PG, preparar posições comuns africanas e apoiar os representantes africanos no Comité Directivo

África 2063

20. Acolhemos o projecto África 2063 e incentivamos a CUA, CEA e BAD a continuarem a trabalhar nesta iniciativa para que o continente possa alcançar a sua visão de se tornar um continente integrado, competitivo, próspero e Pacífico que representa uma força dinâmica na economia global. Para tal, comprometemo-nos a consolidar a posição da África como um novo pólo de crescimento e mercados emergentes nos próximos 50 anos. Comprometemo-nos igualmente a trabalhar em conjunto para desenvolver uma visão unida para influenciar a agenda económica global e moldar os resultados da globalização para o benefício do nosso povo.

Moção de Agradecimento

21. Agradecemos o governo de Côte d'Ivoire por acolher Conferência e pelas excelentes instalações que nos foram disponibilizadas. Agradecemos igualmente ao povo de Côte d'Ivoire pela sua generosidade e hospitalidade.

22. Estamos igualmente gratos à CUA e CEA para por terem realizado com êxito a Sexta Sessão das Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência da UA dos Ministros Africanos da Economia e Finanças e Conferências da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico.

Anexo II - RELATÓRIO DA 6ª SESSÃO ANUAL DE REUNIÕES CONJUNTAS DA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS DA ECONOMIA E FINANÇAS E DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA COMISSÃO ECONÓMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ÁFRICA

Introdução

1. A Sexta sessão das Reuniões Conjuntas da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da União Africana (UA) e Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) foi realizada em Abidjan, Côte d'Ivoire, nos dias 25 e 26 Março de 2013.

A. Participação

2. Argélia, Angola Benim, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro Africana, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibouti, Egípto, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, a Gambia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda e Zimbabué

3. Estiveram representadas as seguintes Comunidades Económicas Regionais (CER): O Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD).

4. Estiveram representados os seguintes Órgãos e Agências Especializadas das Nações Unidas: A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização Marítima Internacional (OMI). Fundo Monetário Internacional (FMI); à União Internacional das Telecomunicações (UIT) Organização Internacional para a Migração (OIM); Programa Conjunto das Nações Unidas para o VIH/SIDA (UNAIDS); Gabinete do Conselheiro Especial para África (OSAA);Gabinete das Comissões Regionais em Nova Iorque (RCNYO), O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI); Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (UN-OCHA), Banco Mundial, Programa Alimentar Mundial (PAM); Organização Mundial de Saúde (OMS); Organização Meteorológica Mundial (OMM).

5. Estiveram presentes observadores das Seguintes organizações: Action Aid International (AAI); African Advisory Board; African Centre for Development Capacity Building (AFCAB); African Centre for Meteorological Application for Development (ACMAD); African Centre For Applied Research and Training in Social Development (ACARTSOD); African Population and Health Research Centre (APHRC); AMYRIS, Cote d'Ivoire Association for Export Promotion (APEX-CI); The Africa Governance Monitoring and Advocacy Project (AfriMAP); African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD); Association of African Development Finance Institutions (AADFI); Arab Bank for Economic Development in Africa (BADEA); Pan-African Postal Union (PAPU); International Organization for the Francophonie (OIF); Africa Governance and Monitoring Project; African Advisory Board; African Capacity Building Foundation (ACBF); African Centre for Development Capacity Building;); African Export Import Bank; African Health Economics and Policy Association (AfHEA); African Monitor (African Voices for Africa's Development); Association of African Central Banks (AACB); Central Bank for West African States (BCEAO); Centre for Constitutional Governance; Central Organization of Trade Unions (COTU); Collaborative Africa Budget Reform Initiative (CABRI); Columbia University; Congress of African Economists; Coalition for Dialogue on Africa (CODA); Gates Institute; Mo Ibrahim Foundation; OXFAM International; United States Agency for International Development (USAID); United States Mission to the African Union (USAU); Packard Foundation; African Institute for Development Policy (AFIDEP); Economic and Statistical Observatory for Sub-Saharan Africa (AFRISTAT); African Advisory Board (AAB); Community of Sahel-Saharan States (CEN-SAD); International Planned Parenthood Federation (IPPF), Ivorian Centre for Economic and Social Research (CIRES); East-West Centre (EWC); European Centre for Development Policy Management (ECDPM); Ivorian Employers' Association; Japan International Cooperation Agency (JICA); University of the Congo; University of Thies, West African Economic and Monetary Union (UEMOA); William e Flora Hewlett Foundation.

B. Adopção da Agenda e Eleição da Mesa

6. A seguinte agenda foi adoptada pelo Comité

1. Abertura da Reunião
2. Eleição da Mesa e adopção da Agenda e do Programa de Trabalho
3. Desenvolvimento Económico e Social Actual em África
4. Avaliação dos Progressos relativos aos Objectivos do Desenvolvimento do Millennium e da Agenda de Desenvolvimento Pós 2015
5. Avaliação do Progresso da Integração Regional em África
6. Exploração do dividendo demográfico
7. Apresentação do Tema da Conferência: Industrialização para uma África Emergente
8. Implementação dos Resultados de Rio+ 20 em África
9. Apresentação das Questões Estatutárias
10. Diversos
11. Análise e adopção do Projecto do Relatório do Comité de Peritos e do Projecto das Resoluções

12. Encerramento da Reunião

Eleição da Mesa

7. Os seguintes oficiais foram unanimemente eleitos pelo Comité para constituir a nova mesa:

Presidente:	Côte d'Ivoire
Primeiro Vice-presidente:	Quênia
Segundo Vice-presidente:	Argélia
Terceiro Vice-presidente:	Lesoto
Relator:	Camarões

C. Relatório dos Trabalhos (Procedimentos)

Abertura da Reunião [ponto 1 da Agenda]

8. Os discursos de abertura foram proferidos pelo Sr. Dieudonné Bouddhou, Presidente da Mesa cessante da Conferência, Sr. Abdallah Hamdok, Secretário Executivo Adjunto da CEA e Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário da UA para os Assuntos Económicos. A reunião foi aberta em nome do Governo da Côte d'Ivoire pela S.E. Sra. Nialé Kaba, Ministra junto do Gabinete do Primeiro-ministro responsável por Economia e das Finanças.

Discursos de Abertura

9. No seu discurso de abertura, o Sr. Dieudonné Bouddhou, Presidente da Mesa Cessante do Comité de Peritos das reuniões Conjuntas da Conferência dos Ministros da Economia e das Finanças da UA e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças da CEA, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA, deu as boas vindas aos participantes à Conferência de 2013. Agradeceu ao Governo e povo de Côte d'Ivoire pela sua hospitalidade e por terem acolhido a Conferência na bela cidade de Abidjan.

10. O Sr. Bouddhou felicitou Sua Excelência, a Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da UA e Sua Excelência, o Sr. Carlos Lopes Sub-Secretário-geral e Secretário Executivo da CEA pelas suas recentes nomeações como Chefes das duas principais instituições Africanas. Ele também elogiou o pessoal das duas instituições pelo brilhante trabalho realizado na preparação da Conferência deste ano.

11. O Sr. Bouddhou salientou que o tema da Conferência deste ano, "Industrialização para uma África emergente", foi oportuno e importante, na medida em que o mesmo irá ajudar a focalizar a atenção nos desafios de alcançar a transformação estrutural em África, através da industrialização baseada em recursos. Ele salientou algumas das actividades notáveis implementadas pela CEA e pela Comissão da UA como um acompanhamento das decisões e recomendações da Conferência realizada no ano passado sob a orientação da Mesa Cessante.

Estas incluíram a Organização do Fórum do Desenvolvimento Africano, que incidiu sobre o tema dos recursos naturais para o Desenvolvimento; o Fórum da Governação Africana; criação do Centro de Desenvolvimento Africano para os Minérios na CEA para apoiar a implementação da Visão Africana sobre a Mineração; e apoio para os países Africanos no contexto das negociações das alterações climáticas. Ele apresentou os seus sinceros agradecimentos a todos os membros da Mesa cessante pelo seu apoio e colaboração, os quais possibilitaram essas realizações

12. O Sr. Abdallah Hamdok, Secretário Executivo Adjunto da CEA, no seu discurso, afirmou que a Conferência tinha-se transformado na principal plataforma para o diálogo político e construção do consenso sobre as questões pertinentes do desenvolvimento económico e social, uma preocupação para a África. A Conferência também dá orientação estratégica para o trabalho da CEA e da Comissão da UA.

13. O Sr. Hamdok forneceu uma visão geral das recentes condições sociais e económicas em África e salientou algumas das principais actividades realizadas pelo Secretariado da CEA em apoio à agenda de desenvolvimento dos Estados-Membros. África cresceu a uma taxa impressionante de 5 por cento em 2012, impulsionado principalmente pela grande procura e pelos preços elevados das mercadorias e apoiado pela melhoria introduzida nas políticas macroeconómicas. Todavia, o crescimento foi desigual nos países e sectores e não contribuiu para a criação significativa de emprego e redução da pobreza. Políticas e estratégias são necessárias para garantir o crescimento inclusivo e equitativo que beneficiariam a maioria dos Africanos. A esse respeito, o tema da Conferência deste ano ajudaria a desenvolver estratégias adequadas e recomendações de políticas adequadas para a industrialização baseada em recursos acelerada em África.

14. O Secretário Executivo Adjunto salientou o importante papel desempenhado pela CEA no apoio ao desenvolvimento de África, inclusive através do reforço da voz do continente em processos globais sobre as análises relativas às alterações climáticas, o comércio, articulando a posição comum de África na agenda de desenvolvimento após 2015; promovendo a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento das infra-estruturas, do comércio e da agricultura e resolver o problema dos fluxos financeiros ilícitos de África. A CEA também realizara um importante estudo sobre o relacionamento de África com os países do BRICS.

15. No seu discurso, o Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário da UA para os Assuntos Económicos, salientou que a análise sobre o tema de industrialização para uma África emergente era esperada há muito tempo porque a África é responsável por 12 por cento do PIB mundial. O continente também se orgulha de ter uma população jovem que poderia ser utilizada para explorar os vastos recursos naturais do continente, o que permitiria alcançar a rápida industrialização e transformação estrutural. A Conferência deste ano oferece uma oportunidade para se analisar as medidas para a promoção da industrialização das mercadorias que conduziram a agregação de valor sobre os recursos naturais de África, criação de emprego para a juventude, em especial, e ajudar a reduzir a pobreza. Para se impulsionar a industrialização, os défices mais importantes nas aéreas das infra-estruturas,

capacitação humana, finanças, ciência e tecnologia precisam ser tratados. Como o ano de 2013 marca o 50^o aniversário da fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), agora União Africana, também seria uma oportunidade para se reflectir sobre as realizações e desafios do desenvolvimento ao longo dos últimos 50 anos de modo a definir-se a agenda da União de África para os próximos 50 anos.

16. Em nome do governo da costa do Marfim, H. E. Ms. Nialé Kaba, Ministro, ligado ao gabinete do primeiro-ministro responsável por finanças e da economia, congratulou-se com participantes de Abidjan e à conferência. Ela agradeceu a Comissão UA e TCE para a honra conferida a seu país em sediar a conferência. Ela expressou gratidão pelo facto de que a reunião também demonstrou a enorme boa vontade e apoio de outros países africanos para a recuperação e o ressurgimento da costa do Marfim.

17. A Sra. Kaba observou que a escolha do tema da conferência deste ano, "Industrialização para uma África Emergente", sublinhou a importância da industrialização para o desenvolvimento de África. Destacou alguns dos principais desafios e obstáculos que os países africanos tiveram que enfrentar no contexto da industrialização, incluindo a necessidade de promover o crescimento inclusivo; a necessidade de converter os recursos naturais de África em bens de alto valor acrescentado e a importância da diversificação e transformação estrutural. O Ministro compartilhou a experiência do seu país em termos de industrialização. Afirmou que Cote d'Ivoire aspirava alcançar o estatuto de um país de renda médio até ao ano 2020, uma meta que estava ser seguida dentro do contexto do programa nacional de industrialização do país que foi adoptada em 2012 e que estava a ser implementada presentemente. O plano tem como objectivo promover o sector privado como motor do crescimento económico e industrialização. Espera-se que estes ajudem igualmente a atrair investimentos estrangeiros directos. O resultado da reunião, afirmou, ajudaria a Cote D'Ivoire concluir sua política industrial.

18. Após o seu discurso de abertura, o Ministro, em nome do governo da Cote D'Ivoire declarou a reunião do Comité de Peritos da Sexta Sessão das Reuniões Anuais Conjuntas sexto da Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças e Conferência da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico oficialmente aberta.

Desenvolvimentos económicos e sociais recentes em África [ponto 3 da agenda]

19. O representante do Secretariado apresentou uma visão geral dos recentes desenvolvimentos económicos e sociais em África. No geral, o crescimento manteve-se forte em 2012, atingindo 5%, acima da média global, apesar da desaceleração global e da incerteza. Contudo, o desempenho económico variou em todos os sectores e sub-regiões e o crescimento continuou a depender das exportações dos produtos de base, apesar da notável diversificação para sectores de produtos não primários. As perspectivas de crescimento para 2013 são sólidas, apesar do abrandamento da economia mundial, mas ainda sujeito a vários riscos. O progresso na área do desenvolvimento social continua a ser lento e difícil, dado que

a desigualdade, a fome, a pobreza, a educação de má qualidade, o subemprego e o desemprego permanecem questões de interesse. A apresentação enfatizou que a transformação estrutural, sustentada pelo acréscimo de valor é vital para a redução da pobreza, crescimento inclusivo e melhoria das condições sociais em África; Este deverá basear-se num aumento da mobilização de recursos domésticos.

20. Nos debates gerais que se seguiram, vários participantes observaram que taxas de crescimento positivas não significam sempre crescimento de alta qualidade, nem que estas eram suficientes para o desenvolvimento inclusivo. Todos concordaram que o crescimento deve ser acompanhado de diversificação económica e acréscimo de valor para que seja sustentável e inclusivo.

21. O Comité reconheceu que a industrialização acelerada poderia contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável e inclusivo em África. Contudo, é necessário identificar e articular correctamente as diferentes opções de desenvolvimento ou modelos disponíveis ao continente a fim de determinar se a industrialização é a opção mais viável. A este respeito, alguns participantes sublinharam a necessidade de um estudo ou auditoria aprofundado de recursos humanos estudar para que se estabeleça a situação da capacidade ou lacunas de recursos humanos do continente, a fim de se determinar uma via de desenvolvimento adequada. Na mesma óptica, foi enfatizada a importância do desenvolvimento de mecanismos locais para financiar a inovação e a industrialização de África.

Avaliação do Progresso registado na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e Agenda de Desenvolvimento Pós 2015 [Ponto 4 da Agenda]

22. Neste ponto da agenda, um representante do Secretariado fez uma apresentação sobre a situação da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em África em 2012, destacando o grande progresso, bem como os desafios. Em termos de progresso, as inscrições no ensino básico e as taxas de conclusão melhoraram em aproximadamente 70% das crianças africanas que concluíram a escola primária mas é fraco noutros níveis, dado que apenas oito países alcançaram a meta de 30% de mulheres no parlamento. Avanços significativos foram feitos na luta contra a Malária, a Tuberculose e a VIH/SIDA. Apesar destas melhorias, grandes desafios permanecem nas áreas da redução da pobreza, segurança alimentar e saúde, com quase metade da população do continente, ainda a viver com menos de 1,25\$EU por dia, desigualdade de rendimento, altas taxas de mortalidade materno-infantil, bem como desemprego e subemprego, com a incidência do emprego vulnerável alcançar 76%. A apresentação sublinhou a necessidade de se acelerarem os progressos na consecução dos ODM actuais, com ênfase especial para se alcançar a segurança alimentar.

23. A segunda apresentação centrou-se nas consultas regionais em curso para uma posição comum Africana da agenda de desenvolvimento pós 2015, a ser realizada pela Comissão da UA, CEA, Banco Africano de Desenvolvimento e o

Departamento Regional do PNUD para África, em resposta a um pedido dos Chefes de Estado e de Governo da UA. Um projecto de posição comum foi recentemente adoptado em Túnis, cobrindo quatro áreas prioritárias, ou seja a transformação económica, a inovação tecnológica, o desenvolvimento humano e o financiamento e parceria. Um número de facilitadores de desenvolvimento foram igualmente identificados, incluindo a paz e segurança, boa governação, capacidade institucional e desenvolvimento de infra-estruturas. O Comité de peritos foi solicitado para rever avaliar o projecto de posição comum africana e apresentar os seus comentários e opiniões, que serão então transmitidos à Conferência de Ministros, para sua apreciação e aprovação, antes de esta ser enviada à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA em Maio de 2013 para adopção. A posição comum africana servirá de contribuição para os debates da Assembleia Geral sobre a agenda de desenvolvimento pós 2015 que substitui os ODM

24. Os debates que se seguiram destacaram uma série de pontos e recomendações importantes como se segue

- (a) Os países africanos devem adoptar uma abordagem multisectorial nas intervenções de saúde, a fim de acelerar o progresso nessa área.
- (b) Existe a necessidade de mais investimentos na produção agrícola e agro-processamento, como uma estratégia para acelerar a garantia da segurança alimentar
- (c) África deve desempenhar um papel de liderança na definição e concepção de uma agenda de desenvolvimento pós 2015, a fim de garantir que esta realmente aborda as necessidades de desenvolvimento de África
- (d) Uma agenda de desenvolvimento pós 2015 deve ser suficientemente abrangente, sem necessariamente aumentar a gama de indicadores/objectivos de desenvolvimento contidos nos ODM; e o processo deverá ser prosseguido através de uma abordagem da base para o topo, em vez da tradicional abordagem do topo para a base, que caracterizou a concepção de agendas de desenvolvimento ou quadros anteriores.
- (e) Estatísticas fiáveis e a capacidade de desenvolver indicadores apropriados para avaliar e monitorizar o progresso do desenvolvimento de África
- (f) Os debates em curso sobre a agenda de desenvolvimento pós 2015 devem permitir ajustes necessários para acelerar o progresso para a consecução dos ODM até 2015

Avaliação do Progresso registado na Integração Regional em África [Ponto 5 da Agenda]

25. A apresentação pelo Secretariado questionou até que ponto se tinham registado progressos após 50 anos de esforços de integração regional em África. As modestas conquistas incluem o estabelecimento de um mercado comum e União

Aduaneira na África Oriental; a concepção de vários projectos para promover a integração, não obstante os desafios do financiamento. Foram igualmente registados progressos na criação de instituições de integração como o Banco Africano de Desenvolvimento e o Parlamento pan-africano, enquanto debates estão em curso para a criação do Fundo Monetário Africano e do Banco Africano de investimentos, entre outros.

26. Foram destacados diversos desafios que impedem a integração regional em África. A livre circulação de pessoas é ainda ineficaz, o financiamento de projectos de integração continua a depender em grande parte de contribuições externas; a micro-soberania ainda continua e permanece um obstáculo à integração política; diferenças linguísticas continuaram a dificultar a unidade do continente; estatísticas, um elemento fundamental da soberania, foram negligenciadas, o comércio intra-africano manteve-se baixo em 10% do total continental; e a criação de uma moeda única está longe de se tornar uma realidade, com mais de 40 moedas actualmente em circulação no continente.

27. O debate sobre a integração regional em África deve revisitar grandes abordagens sobre a integração propostas pelos presidentes Nyerere e Nkrumah aquando da independência, para ver se algumas destas abordagens são apropriadas para África hoje. Nkrumah favorecia uma rápida integração para que as tendências de soberania não inibissem a movimentação em direcção à integração, enquanto Nyerere favorecia uma abordagem de integração gradualista baseada no desenvolvimento dos pilares regionais.

28. Após o debate o Comité recomendou o seguinte?

- (a) Os governos devem assegurar um maior envolvimento e inclusão dos intervenientes nos processos e programas de integração de África particularmente para os cidadãos, sociedade civil e sector privado.
- (b) Mais recursos são necessários para apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas em África como uma forma de aumentar a produção interna e o comércio intra-africano, como um catalisador para a integração regional.
- (c) Os governos devem implementar estratégias para planos de desenvolvimento e integração de África.
- (d) Os governos devem aliviar os constrangimentos de infra-estruturas através de um maior investimento com vista a reforçar a integração regional e impulsionar o comércio entre países africanos.
- (e) A CEA deve realizar um estudo comparativo sobre as abordagens rápida e gradualista da integração africana, incluindo cronogramas detalhados, custos e outras implicações das abordagens, que poderiam servir de base para se fazer uma escolha informada entre as duas abordagens.

Exploração do Dividendo Demográfico [ponto 6 da Agenda]

29. Este ponto da agenda uma apresentação de média interactiva chamada ENGAGE foi feita por um representante do Secretariado incidindo sobre o aproveitamento do dividendo demográfico para a África. A apresentação observou que reduzir a fertilidade elevada pode criar oportunidades para o crescimento económico se certos tipos de educação, saúde e condições de mercado de trabalho forem estabelecidos.

30. A apresentação chamou a atenção para as experiências bem-sucedidas em África que são agora referidas como o dividendo demográfico e destacou o papel do ritmo das transições demográficas desses países. Foram destacadas em particular o declínio da mortalidade infantil e da criança seguido por declínios em fertilidade e o apoio das intervenções de saúde chave, como por exemplo a sobrevivência materno- infantil e o espaçamento de nascimento através do planeamento familiar, Foi mencionada a replicação dessas tendências em vários países africanos, por exemplo, África do Sul, Marrocos e Botswana e o potencial do Ruanda, Quênia e Gana de seguir estes exemplos.

31. Os dois palestrantes sobre a apresentação ENGAGE destacaram a relevância do dividendo demográfico para África e apelaram aos países africanos para adoptarem activamente as suas próprias abordagens para a obtenção de benefícios e aceleração do crescimento económico.

32. Durante o debate geral vários participantes compartilharam as experiências dos seus países e levantaram igualmente questões sobre as interacções entre os vários factores de desenvolvimento e processos e a certeza do sucesso das várias abordagens. Em particular, debateu-se a aplicabilidade das experiências de transição e do dividendo demográfico que não são de África. O Comité reconheceu que a transição demográfica, ou seja, os declínios na mortalidade infantil e fertilidade, ocorrem. Também foi reconhecida a heterogeneidade das transições em todos os países africanos. O debate também se centrou em como influenciar o ritmo desses declínios e que políticas sociais e económicas são necessárias para acelerá-los. O Comité reconheceu que a realização do dividendo demográfico terá de ser adaptada às circunstâncias de cada país.

33. Os países africanos terão de encontrar as suas próprias vias para a transição demográfica e definir a sua própria visão para alcançar o dividendo demográfico. Eles não seguirão necessariamente outros modelos regionais e na verdade o dividendo demográfico Africano pode revelar-se bastante singular na estrutura, processo e carácter. O debate foi concluído com vários Estados-membros participantes indicando o seu interesse em prosseguir o dividendo e a aprender mais que combinação de saúde social, e políticas fiscais irão proporcionar o crescimento económico sustentável e em particular, a criação de emprego.

34. As seguintes recomendações foram apresentadas na sessão:

- (a) O dividendo demográfico não tem uma única solução que se adapte a todos os Estados-membros. Cada país deve desenvolver a sua própria abordagem para realizar o dividendo. Além disso, as abordagens devem ter em conta a importância da cultura em cada situação.
- (b) As intervenções necessárias para abordar o dividendo demográfico exigirão uma abordagem multisectorial. Em particular, investimentos na educação, saúde, nutrição e formação em competências necessárias para trabalho são essenciais para melhorar a mudança demográfica necessária para definir o cenário para que se realize o dividendo demográfico para países os africanos.
- (c) Respostas imediatas são necessárias para os jovens como iniciantes na força de trabalho e formação familiar. A protecção do seu futuro produtivo deve evoluir da identificação de modelos de criação de emprego, emprego sustentado e empreendedorismo ancorados nas experiências e condições de cada país africano.
- (d) A visão para o futuro deve ser definida pelos países africanos e deve continuar a assegurar que os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio sejam alcançados de uma forma equitativa e que as metas pós ODMs possibilitem que cada país realize o dividendo demográfico.
- (e) Os países africanos precisam de integrar dimensões demográficas em todos os programas de desenvolvimento e reforçar a ligação entre o dividendo demográfico e o crescimento económico, incluindo a promoção do desenvolvimento inclusivo.

Apresentação e Debate do Tema da Conferência Industrialização para uma África Emergente [Ponto 7 da agenda]

35. Neste ponto da agenda duas apresentações foram feitas pelo Secretariado para introduzir o tema da Conferência. A primeira apresentação, baseada num documento intitulado, *Colher os benefícios do acréscimo de valor e desenvolvimento de ligações em África*, analisou o estado actual do acréscimo de valor e a industrialização em África e a trajectória positiva do crescimento do continente. A apresentação destacou os benefícios e pontos fracos do desenvolvimento industrial, indicando que a industrialização baseada em recursos é um imperativo que é possível e benéfica para a África. Os benefícios da industrialização baseada em recursos e a subida na cadeia de valor incluem o seguinte: a criação de emprego, o crescimento do rendimento, benefícios dinâmicos e ganhos de eficiência. Além disso, o acréscimo de valor desenvolve ligações de produção, de consumo e vínculos fiscais. O sucesso do desenvolvimento de ligações depende principalmente da competitividade das empresas locais e da eficácia das políticas do governo. Os sucessos da Argentina, Malásia Tailândia e Venezuela demonstraram como indústrias baseadas em recursos podem ser desenvolvidas através da mobilização do empreendedorismo interno e da implementação de políticas industriais eficazes. Os países africanos devem, portanto, aproveitar os seus recursos e o aumento do

preço dos produtos de base e ao mesmo tempo ter em consideração as dimensões globais, regionais e nacionais do desenvolvimento de ligações. África deve igualmente aproveitar as iniciativas de política regional e continental, como a Visão Africana de Mineração (AMV), o Programa Integrado de Desenvolvimento de Agricultura de África (CAADP e a Declaração da UA sobre a Zona de Comércio Livre (ZCLC).

36. A segunda apresentação sobre o tema da conferência abordou cinco questões importantes relacionadas com a industrialização em África. Em primeiro lugar, a apresentação sublinhou a necessidade do continente se industrializar, salientando que o desenvolvimento industrial tem um enorme potencial transformador devido ao seu papel de motor do desenvolvimento económico e catalisador da inovação e comércio. Em segundo lugar foi destacado o enorme potencial de África de se industrializar. O continente possui 60% da terra arável do mundo, embora apenas 10% dos seus produtos agrícolas possam de alguma forma acrescentar valor. Além disso, África é dotada de muitas fontes de energia e uma quantidade significativa dos recursos minerais do mundo estão localizados no continente. Em terceiro lugar, a industrialização da África foi adiada, em parte, pela herança colonial do continente que influenciou fortemente sua estrutura económica. Em quarto lugar, a industrialização era uma condição prévia para a emergência económica e necessária para atingir a transformação estrutural. Em quinto lugar e no que diz respeito à via para a industrialização, a apresentação sugeriu o seguinte: a imposição de uma taxa mínima de exportação de produtos de base para incentivar a produção local e o acréscimo de valor; distanciando-se do crescimento económico que se baseia em produtos de base; garantindo a soberania financeira; e a implementação de uma política energética que responde às necessidades da industrialização.

37. Os Presidentes do Comité Intergovernamental de Peritos (ICE) providenciaram uma perspectiva sub-regional sobre o tema da conferência conforme reflectido nos resultados das reuniões do ICE, que foram realizadas recentemente nas cinco sub-regiões do continente. As reuniões do ICE abordam temas e questões relacionadas com a industrialização nas suas respectivas sub-regiões.

38. O Sr.El Eulmi, Funcionário Representante do Secretário de Estado do Gabinete do Primeiro Ministro Responsável pelas Previsões e Estatísticas do Governo da Argélia resumiu os principais resultados da 28ª Sessão do (ICE) para a África do Norte sobre o tema, *Promover a diversificação e a sofisticação para uma transformação estrutural no Norte de África* que teve lugar a 26 de Fevereiro e a 01 de Março de 2013 em Rabat, Marrocos. O apresentador explicou que além de garantir a harmonia relativamente ao tema da Conferência de Ministros, a escolha do tema do ICE foi também uma resposta a um pedido feito na 27ª Sessão do ICE para a CEA, realizar um estudo sobre a diversificação no Norte de África. A 28ª Sessão do ICE apresentou recomendações nas seguintes cinco áreas principais: (1) reformas institucionais e boa governação; (2) o papel do estado; (3) o apoio para sectores com grande valor acrescentado; (4) abordagens integradas que incorporam todos os sectores relevantes; e (5) integração regional e cooperação.

39. O Sr. Tohougbe Yehouan Anatole, Conselheiro técnico, Desenvolvimento Sustentável, Ministério de Estado de Plano e Desenvolvimento, Costa do Marfim apresentou um relatório sobre os principais resultados da 16 sessão do ICE que teve lugar a 18 e 19 de Março de 2013 em Abidjan, Costa do Marfim, sobre o tema do *Crescimento verde inclusivo para acelerar o desenvolvimento socioeconómico da África Ocidental*. A reunião do ICDE elogiou as recentes fortes tendências macroeconómicas da sub-região da África Ocidental e destacou os desafios que precisam ser resolvidos, incluindo a dependência da exportação de produtos de base, défices dos governos, insegurança, alto desemprego juvenil e a falta de empregos decentes. A reunião exortou os Estados-membros a harmonizar os seus programas de formação para facilitar a mobilidade do trabalho, promover a formação técnica e profissional, priorizar o sector agrícola e aprofundar a integração regional na sub-região através da harmonização de políticas sectoriais e macroeconómicas.

40. A Sra. Chantal Elonbat-Mbedey, Directora de Integração Regional, do Ministério da Economia, dos Camarões apresentou um relatório sobre os resultados da 29ª Sessão do ICE que se realizou de 27 de Fevereiro a 1 de Março de 2013, em Libreville, Gabão, sobre o tema, *a economia verde na África central*. A apresentadora observou que a visão da região CEMAC foi alcançar o estatuto de país emergente, com base na industrialização, até o ano 2025. Para este efeito, cada país da região tinha o seu próprio programa de surgimento e transformação. A apresentação também destacou os progressos realizados pelos países da nas áreas de infra-estruturas, especialmente em energia e transportes, agricultura e conservação. Sobre os factores necessários para uma industrialização bem-sucedida, a apresentação destacou o seguinte: estratégias industriais nacionais com bem concebidas com base nas realidades de cada país; melhoria do acesso ao financiamento de pequenas e médias empresas; promoção de parcerias público-privadas; e desenvolvimento de capacidade, especialmente de mulheres empresárias. A importância da vontade política, foi também marcada.

41. O Professor Ben Turok, membro do Parlamento Sul-africano, orientou os debates gerais com breves observações sobre os pontos salientes apresentados nas várias intervenções. Usando a experiência da África do Sul, enfatizou a importância do acréscimo de valor, centrando-se nas ligações entre a mineração e os sectores de produção industrial. Ao longo dos anos, as altas taxas portuárias sul-africanas levaram a uma competitividade reduzida dos fabricantes do país e incentivaram a exportação de matérias-primas, contribuindo essencialmente para a desindustrialização do país.

42. A dependência excessiva dos recursos minerais para o crescimento económico é insustentável, e os países devem usar os seus recursos naturais para desenvolver o sector de produção industrial. Além disso, os países precisam identificar factores, como competências, empreendedorismo, tecnologia, custos de infra-estrutura e transporte, o que poderia ser aproveitados para oferecer apoio ao acréscimo de valor. Da mesma forma, os Governos Africanos têm a responsabilidade de reduzir as restrições à industrialização, como o desenvolvimento de enclave do sector mineiro, e resolver os nós de engarrafamento identificados. Citando o exemplo da mineração e da produção industrial, o Professor Turok destacou a necessidade de

desagregação das estatísticas industriais para a medição precisa do acréscimo de valor. Destacou igualmente a necessidade dos países protegerem suas indústrias nascentes, instando-os a examinar as suas respectivas cadeias de valor e a tomar acções decisivas em apoio à obtenção de maiores benefícios dos recursos naturais.

43. Os debates gerais destacaram várias questões importantes relacionadas com a industrialização e o acréscimo de valor, incluindo: planos industriais, estratégias e políticas; dados e estatística, a criação de um ambiente favorável, financiamento da industrialização, a inovação e transferência de tecnologia e o desenvolvimento de capacidades

44. O Comité observou que a falta de políticas industriais coerentes a nível nacional, regional e continental e em todos os sectores tinha prejudicado o processo de industrialização em África. A este respeito, a Comissão sublinhou a necessidade de planos bem concebidos e articulados aos níveis nacional e regional que sejam coerentes com estruturas continentais, como o AIDA. Tais políticas devem promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, com funções claramente definidas para o estado e o sector privado com base na sua vantagem comparativa, incluindo quadros de acompanhamento e avaliação adequados. Além disso, os países devem considerar o espaço de política global, em que actuam. A este respeito, os Estados manifestaram as suas preocupações sobre os regimes de comércio global que favorecem a exportação de produtos de base em detrimento de produtos que acrescentam valor.

45. Os participantes destacaram a importância das estatísticas e dados na elaboração e acompanhamento da política industrial. Várias áreas nas quais estatísticas económicas precisas eram necessárias para políticas eficazes incluíam: a contabilidade do capital natural, o emprego e o sector informal e a desagregação sectorial e de produtos *vis-à-vis* o acréscimo de valor de desagregação de produto.

46. A necessidade de boa governação, incluindo a estabilidade política, a responsabilização, instituições fortes e a estabilidade macroeconómica, foi sublinhada como parte de um necessário ambiente favorável propício para o desenvolvimento industrial. Além disso, a infra-estrutura, especialmente energia e transporte, foram citados como elementos essenciais.

47. A maioria dos participantes identificou a falta de financiamento adequado, como um grande constrangimento para os esforços de industrialização de África. A industrialização em grande escala é um empreendimento complexo que requer a mobilização de recursos nacionais, regionais e externos. A este respeito, verificou-se que os Bancos Regionais de Desenvolvimento e instituições financeiras como o BAD têm um papel importante em ajudar os países africanos a mobilizar recursos para a industrialização, incluindo apoiar a implementação de iniciativas continentais chave na industrialização.

48. Outros factores chave identificados para uma industrialização bem-sucedida incluem a inovação e tecnologia, incluindo pesquisa e desenvolvimento; e

desenvolvimento de capacidades por meio de melhorias do sistema de educação, para enfatizar a formação técnica e profissional.

49. Tendo como base as apresentações e os debates foram apresentadas as seguintes recomendações:

- (a) Conceber e implementar políticas industriais, conduzidas por visões claras, a apropriação nacional e a liderança eficaz, com enfoque no acréscimo de valor, sectores com elevado potencial de valor acrescentado, incluindo políticas deliberadas para proteger as indústrias nascentes;
- (b) Adotar conteúdos políticos locais para reduzir a exportação de matérias-primas e reforçar o acréscimo de valor;
- (c) Identificar e maximizar o espaço de política disponível no âmbito de regimes de comércio global existente como parte da formulação da política industrial nacional;
- (d) Reforçar a integração regional e regional, através da implementação da zona livre de comércio Continental (CFTA) para permitir a harmonização das industriais e outras estratégias e mercados abertos para empresas africanas;
- (e) Garantir a coordenação das diferentes estruturas e instituições envolvidas no desenvolvimento industrial aos níveis nacional, sub-regional e regional, tais como aqueles que lidam com a mineração, energia e Finanças, a fim de melhorar a eficácia na formulação e implementação de políticas industriais;
- (f) Garantir envolvimento multissetorial e a contribuição para o processo de industrialização, em particular o sector privado;
- (g) Tomar medidas concretas para reduzir os custos de energia fim de aumentar a produtividade e a competitividade;
- (h) Desenvolver capacidade estatística e infra-estrutura para a produção de dados abrangentes, fiáveis e comparáveis para a formulação, implementação e avaliação de políticas;
- (i) Desenvolver currículos que se concentrem na educação, formação e desenvolvimento de competências, em consonância com necessidades específicas de cada país e requisitos;
- (j) A CUA deve sensibilizar os Estados-membros sobre quadros continentais e roteiros existentes para industrialização;
- (k) A CEA e a CUA devem prestar assistência aos Estados-membros na concepção e implementação de estratégias industriais que sejam consistentes com os quadros de política regional existente, tais como AIDA;
- (l) A CEA deve realizar um estudo sobre o papel das mulheres no processo de industrialização;
- (m) O Banco Africano de Desenvolvimento e outras instituições financeiras de desenvolvimento a nível nacional, sub-regional e regional devem prestar

apoio na mobilização de recursos para projectos industriais, nacionais e regionais;

- (n) Os países africanos devem fazer com que o financiamento da industrialização seja uma prioridade na sua planificação e desenvolvimento, incluindo a atribuição de recursos adequados e a criação de um ambiente favorável para mobilização de recursos;
- (o) O BAD e outras instituições financeiras de desenvolvimento regionais e sub-regionais foram convidadas a auxiliar na mobilização de fundos para os projectos industriais regionais e nacionais bem como para os transportes, energia e comunicações.

Implementação dos resultados do Rio +20 [ponto 8 da Agenda]

50. Neste ponto da agenda um representante do Secretariado fez uma apresentação sobre os progressos alcançados na implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O objectivo da apresentação foi buscar apoio e orientação sobre a implementação eficaz dos resultados do Rio+20 em África. O documento final do Rio+20 intitulado "O futuro que queremos", abordou de forma profunda e reflectiu as preocupações, interesses e prioridades de África, conforme articulada na Declaração de Consenso da Conferência adoptada na reunião preparatória regional em Outubro de 2011. África deve continuar a agir estrategicamente e a beneficiar do ímpeto político que o desenvolvimento sustentável que o Rio+20 gerou, a fim de garantir que os resultados da conferência sejam traduzidos em programas concretos de acção visando acelerar o progresso para o desenvolvimento sustentável da região.

51. A apresentação chamou a atenção para a Reunião de Implementação Regional África de Novembro de 2012 (África-RIM), organizada conjuntamente pela CEA, CUA, BAD e UN-DESA. A reunião da África-RIM centra-se especificamente na implicação dos resultados do Rio+20 para África. Os resultados da África-RIM constitui uma contribuição colectiva de África para os processos de seguimento Pós Rio+20 e proporciona uma estrutura para a participação da África nos processos globais e implementação dos resultados do Rio+20. Foi neste contexto que os ministérios responsáveis pela planificação, economia e finanças foram instados a participar activamente na implementação do resultado de África-RIM. A implementação do resultado da África-RIM exigiria ter em consideração uma série de questões ou perguntas, incluindo: a adequação dos princípios e prioridades identificados no documento final; determinar como os SDG poderiam ser de natureza universal, tendo igualmente em conta as especificidades regionais; os principais constrangimentos e desafios em alcançar o desenvolvimento de sustentável.

52. O Comité destacou a importância do Rio+20 e a agenda de desenvolvimento sustentável como elementos essenciais do desenvolvimento de África, dado que este destaca questões de interesse fundamental para o continente. Notável entre

estes é a protecção e a exploração sustentável dos recursos naturais de África. Neste sentido, o encontro debateu a importância da contabilidade do capital nacional e as estatísticas do mercado de trabalho para apoiar a agenda de desenvolvimento sustentável de África. A necessidade de controlo parlamentar das transacções de recursos naturais para garantir a transparência e a responsabilização foi igualmente enfatizada pela reunião. O Comité sublinhou ainda a necessidade de se usar o conhecimento local como forma de abordar os problemas ambientais comuns e sustentar o capital natural da África.

53. Após os debates foram apresentadas as seguintes recomendações

- (a) Os Estados-membros foram convidados a ter em conta a Visão Africana de Mineração e a Iniciativa da Política de Terras nos seus esforços de aproveitar os recursos naturais;
- (b) Comité recomendou que os Ministros responsáveis pelas Finanças, Planificação e Economia devem assumir a liderança da implementação dos resultados do Rio+20, incluindo a sua integração nas políticas de desenvolvimento, estratégias e planos nacionais;
- (c) Os Estados-membros foram convidados a facilitar a criação ou o fortalecimento de mecanismos de coordenação aos níveis nacional e sub-nacional bem como a concepção do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável a nível global, regional;
- (d) A reunião recomendou igualmente que deveria haver coerência e sinergias entre a CEA, CUA e BAD, com vista a assegurar a implementação dos resultados do Rio+20 em África, incluindo através da elaboração urgente de um Plano de Acção Regional;
- (e) Os Parlamentos foram convidados a monitorizar a exploração dos recursos naturais, para garantir que todos os contratos de exploração incluam cláusulas que beneficiam a população local, produzam riqueza e protejam o ambiente;
- (f) OS Estados-membros foram convidados a considerar cuidadosamente o potencial da contribuição local e o conhecimento e tecnologia local nas consultas em curso sobre o Mecanismo de Facilitação de Tecnologia incluindo o aproveitamento dos recursos naturais;
- (g) Os Estados-membros foram convidados a assegurar que a contabilidade dos recursos naturais e do capital social devem fazer parte dos debates no âmbito do programa de trabalho sobre a avaliação do progresso para complementar o PIB, requerido pelo Rio+ 20;
- (h) Os Estados-membros, CUA e CER fora convidados a harmonizar as políticas para a exploração de recursos, particularmente os recursos transfronteiriços;
- (i) Os Estados- membros foram convidados a elaborar relatórios sobre estatísticas do mercado de trabalho numa base trimestral vez de anualmente.

Apresentação das Questões Jurídicas [ponto 9 da Agenda]

A. Questões Jurídicas de CEA

1. Avaliação do Programa de Acção de Istambul

54. Neste ponto da agenda o Secretariado apresentou uma avaliação do Programa de Acção de Istambul (IPoA) para os PMA que é o Quarto programa específico global (2011-2021) para os PMA. As mensagens resultantes da apresentação foram as seguintes: (i) Os PMA Africanos tiveram um desempenho melhorado medido pelo PIB *per capita*, Vulnerabilidade Económica e índices de Bens Humanos;(ii) as exportações dos PMA foram mais diversificadas, assinalando assim uma exposição reduzida a choques económicos; (iii) os PMA estão ainda em grande parte dependentes de produtos de base e das indústrias extractivas, apesar das melhorias; (iv) apesar de melhorias na estrutura económica, a instabilidade na produção agrícola dos PMA africanos aumentou, assim como aumentou o número de vítimas das catástrofes naturais; (v) as matrículas e a paridade de género melhoraram a nível da instrução primária, mas não melhoraram muito no ensino terciário; (vi) a mortalidade infantil de crianças com menos de cinco anos diminuiu significativamente mas o acesso à água potável e ao saneamento é limitado.

55. Em relação a elegibilidade de graduação dos países, o Secretariado destacou que dois países africanos eram elegíveis. Neste contexto o Secretariado destacou que a Guiné Equatorial havia cumprido os critérios de graduação pela segunda vez consecutiva, portanto, era elegível para graduação, enquanto Angola cumpriu os critérios apenas uma vez.

56. O Secretariado concluiu sua apresentação com algumas recomendações de políticas dirigidas tanto aos Países Menos Avançados como à comunidade internacional, nomeadamente:

- (a) Um apelo para um aumento das dotações de ODA para sectores produtivos, incluindo infra-estruturas para promover a resiliência económica aos choques;
- (b) Apoio dos Países Desenvolvido e parceiros de desenvolvimento ao sector industrial para promover o acréscimo de valor e diversificação económica;
- (c) Os PMA devem ter maior acesso ao financiamento para fortalecer sua capacidade de resistência ao clima e catástrofes relacionadas com choques;
- (d) Os Países Menos Desenvolvidos com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, devem investir na melhoria da disponibilidade e qualidade dos serviços sociais; e
- (e) Os Países Menos Desenvolvidos são instados a usar a cooperação e a integração regional como estratégias para expandir o comércio e criar empregos.

57. No debate que se seguiu, o Comité elogiou o ECA pela apresentação e apelou para a institucionalização da avaliação do Programa de Acção de Istambul (IPoA) para Países Menos Desenvolvidos na Conferência. Além das recomendações do Secretariado, o Comité recomendou que a CEA e CUA, dedicar mais tempo a esta

avaliação, organizar debates sobre um tema e garantir uma representação adequada dos Países Menos Desenvolvidos na Conferência anual conjunta.

2. *Novas orientações estratégicas da CEA*

58. O Secretariado fez uma apresentação à Comissão da nova orientação estratégica da CEA, para apoiar a agenda de desenvolvimento transformativa de África. A apresentação lembrou exercícios de reforma anteriores realizados pela CEA para se reposicionar. Entre outros, a apresentação apontou as notáveis transformações ocorridas no ambiente global, incluindo a nova fase da globalização e as mudanças fundamentais no poder económico global, que viram o surgimento de muitos países do Sul como novos centros de poder económico. Globais Essas transformações globais coincidiram com mudanças notáveis no continente africano, incluindo o seu estatuto como uma das regiões com as maiores taxas de crescimento económico do mundo. Isto tem sido acompanhado por louváveis melhorias na governação facilitado pelo surgimento de uma gama de mecanismos institucionais nacionais e regionais e as normas, paralelamente a reduções significativas de conflitos, em grande parte do continente.

59. No contexto destas transformações globais e regionais, a CEA teve de se reposicionar de forma a possibilitá-la a apoiar melhor a agenda de desenvolvimento transformativa do continente. A reunião foi informada sobre os processos consultivos extensivos que acompanharam o exercício de reposicionamento da CEA incluindo o envolvimento de todas os principais intervenientes da organização – Chefes de Estado e de Governo Africanos, Ministros das Finanças e Planificação Económica, Embaixadores Africanos, parceiros multilaterais e bilaterais e mais importante, os funcionários da CEA. Foi apresentada à reunião elementos fundamentais da recalibração da CEA que consistem numa reorientação dos seus programa de trabalho e mudança nos seus métodos de trabalho e prestação de serviços.

60. Nos debates que se seguiram, os peritos expressaram seu forte apoio relativamente à iniciativa de reformas iniciadas na CEA. Em particular, a reunião elogiou a prioridade que CEA dá a produção de dados (estatísticas) em vários aspectos sociais e económicos da agenda de desenvolvimento de África, dado que esta actividade é reconhecida como a única forma que o continente tem de poder controlar a narrativa das suas realidades. Da mesma forma, os participantes reconheceram a importância da capacitação no continente, à luz das lacunas em termos de capacidade do continente que o continente enfrenta, que são um verdadeiro desafio para a implementação das propostas políticas e a realização dos objectivos de desenvolvimento.

61. A reunião recomendou que se realizasse uma avaliação sobre os progressos que o continente registou nos seus esforços de integração, com o objectivo de identificar as lacunas no processo e estabelecer planos estratégicos com metas claras, bem como mecanismos para alcançá-los. Igualmente importante foi recomendação que os debates transformadores em curso na CEA devem ser descentralizadas, de forma a proporcionar espaço aos povos africanos, através da sociedade civil de contribuir para a agenda de reforma e transformação.

1. Actualização sobre os Estatutos do Instituto Africano para o Desenvolvimento Económico e Planificação (IDEP)

62. O Secretariado fez uma apresentação sobre as mudanças, principalmente composta por actualizações e ajustes, introduzidos nos estatutos do IDEP pelo seu Conselho de Administração após uma avaliação completa. O Secretariado salientou que as actualizações dos estatutos tiveram como base (i) a reforma em curso na CEA, que colocou o IDEP como o único centro de formação da Comissão, (ii) os mandatos recebidos pelo Conselho de administração da Conferência anual dos Ministros Africanos para uma redefinição estratégica do Instituto; (iii) o aprofundamento da colaboração entre o IDEP e os vários departamentos da CUA; e (iv) a necessidade de alinhar os Estatutos do IDEP com o funcionamento real do Instituto.

63. Na sua apresentação, o Secretariado deu uma visão geral sobre as alterações introduzidas nos estatutos, que afectaram os seguintes artigos (i) Artigo I – Finalidade e Funções do Instituto – parágrafo 1.a; (ii) Artigo I – Finalidade e Funções do Instituto – parágrafo 1.b; (iii) Artigo III-Estatuto e Organização do Instituto – parágrafo 2; (iv) Artigo iv – O Conselho de Administração 2; (v) Artigo iv – o Conselho de Administração- Parágrafo 4a; (vi) Artigo iv – o Conselho de Administração parágrafo 7.

64. No contexto dos estatutos actualizados o Secretariado assinalou igualmente que o Conselho de Administração do IDEP aprovou uma proposta para o Presidente da CUA nomear um membro da Comissão a nível de Comissário para se tornar membro do Conselho de Administração, enquanto o Director dos Assuntos Económicos deve tornar-se membro do Comité Consultivo Técnico do IDEP.

65. No debate que se seguiu, o Comité louvou e endossou as actualizações introduzidas nos Estatutos do IDEP. O Comité procurou obter esclarecimentos sobre os tipos de recursos disponíveis para apoiar o trabalho do Instituto que, presentemente, é financiado pelo Secretariado das NU, CEA, Estados-membros e alguns parceiros. O Comité procurou ainda obter esclarecimentos sobre os procedimentos de acreditação e colaboração adoptados pelo Instituto quando as acções de formação são organizadas fora da sede do IDEP em Dakar. A importância da concepção de acções de formação direccionadas, foi igualmente salientada durante o debate frutífero. Da mesma forma, a Comissão salientou ainda a necessidade de se concentrar na capacitação e assistência técnica para apoiar os Estados-membros no contexto da reestruturação e redefinição da CEA.

66. O Secretariado louvou as observações do Comité e explicou as modalidades actuais do Instituto cujos detalhes estão incluídos nos seus Relatórios Anuais de Gestão. Explicou igualmente os procedimentos de acreditação, que está a criar para os cursos organizados fora da sua sede e as parcerias que já criou ou está a negociar com universidades africanas e grupos de reflexão (*think tanks*), como a Universidade de Joanesburgo, o Instituto Nacional de Planificação do Egipto, a Universidade de Nairobi, a Universidade de Ibadan, a Université Cheikh Anta Diop

de Dacar, a Universidade de Yaoundé II, Universidade de Casablanca, etc. O Secretariado também assinalou que cursos especialmente preparados têm crescido no portfólio de actividades do IDEP como uma das modalidades mais importantes dos seus cursos. O mandato de formação do Instituto foi reforçado ainda mais e impulsionado pela transferência de todas as actividades de formação e *workshops* da CEA para o IDEP como parte da reestruturação da Comissão em curso.

67. A maioria dos participantes elogiou os esforços da IDEP em responder às necessidades de formação dos Estados-membros tendo pedido que mais recursos fossem disponibilizados ao Instituto a fim de expandir a sua capacidade de oferecer formação ao mais alto nível de qualidade e relevância. A CUA manifestou a sua satisfação pela colaboração crescente com IDEP que abrange vários domínios tais como a integração regional, género e política social e incentivou Estados membros a apoiar de forma mais robusta o Instituto dado que este visa responder às necessidades expressas pelos Estados-membros. Os Estados-membros incentivaram ainda mais o IDEP a alargar a sua base de dados de peritos africanos que poderiam ser chamados para as suas actividades de formação como pessoas de recurso, uma recomendação que o Secretariado respondeu positivamente, informando os participantes que um aplicativo da no seu Website permitia que especialistas se registassem no seu banco de dados. A delegação da África do Sul manifestou o seu apreço pelo trabalho que o IDEP se encontra a realizar no seu país e informou os delegados que está a prosseguir activamente o pagamento da sua contribuição financeira ao Instituto. Da mesma forma a delegação da Guiné anunciou uma série de acções de formação iminentes, a serem acolhidas na Guiné pelo IDEP em benefício de funcionários de planificação da Guiné. A Comissão saudou a colaboração que o IDEP estabeleceu com várias Universidades e instituições da mesma natureza na descentralização dos seus programas de formação.

4. Relatório Anual da CEA, Quadro Estratégico Revisto para 2014-2015 e Orçamento do Programa para 2014-2015

68. Neste ponto da agenda, o Secretariado apresentou o Relatório Anual da CEA (E/ECA/COE/32/5), o Quadro Estratégico Revisto para 2014-2015 e o Orçamento do programa Proposto para 2014-2015.

69. A apresentação do relatório anual destacou as principais realizações no período compreendido entre Abril de 2012 e Março de 2013. A apresentação centrou-se nas grandes conquistas e no impacto da ECA, nos seguintes dez subprogramas autónomos: análise macroeconómica, Finanças e Desenvolvimento Económico; Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável; Governação e Administração Pública; Informação e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento; Integração Regional, Infra-estrutura e Comércio; Género e Mulher no Desenvolvimento; Actividades Sub-regionais de Desenvolvimento; Planificação do Desenvolvimento e Administração; Estatística; e Desenvolvimento Social.

70. Foi chamada a atenção do Comité para várias realizações que consistem em importantes reuniões e conferências e publicações emblemáticas chave. No que diz

respeito a reuniões e conferências, o Secretariado mencionou o 8º Fórum de Desenvolvimento Africano (ADF-VIII) sobre " Exploração e governação dos recursos naturais para o desenvolvimento de África"; a 2ª Conferência Anual sobre Alterações Climáticas e desenvolvimento em África e a Reunião de implementação Regional de África para a 20ª Comissão das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável e reuniões do Painel de Alto nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos. As Publicações incluíram o Relatório Económico sobre África (ERA) 2012, cujo tema foi "Libertação do Potencial de África como um pólo de crescimento global"; o relatório de África de 2012 sobre os ODM; a quarta edição do Relatório do Desenvolvimento Sustentável em África; o terceiro Relatório sobre a Governação Africana (AGR III): Eleições e a gestão da diversidade em África; e o quinto relatório sobre a avaliação da Integração Regional em África (V ARIA). As actividades sub-regionais para o desenvolvimento implicaram o aumento da capacidade e dos serviços técnicos das CER e os Estados-membros nas áreas de emprego dos jovens, igualdade entre homens e mulheres, estatística, desenvolvimento social e integração regional. Além disso, IDEP alargou os seus programas de formação e desenvolveu plataformas de aprendizagem electrónica.

71. Relativamente ao Quadro Estratégico Revisto para 2014-2015, o Secretariado chamou atenção para o facto de apesar do quadro estratégico ter sido aprovado durante a última Conferência da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Plano e Desenvolvimento Económico e Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças, organizada em Março de 2012, em Adis Abeba, Etiópia, uma série de acontecimentos importantes em nível global e regional implicaram uma revisão do Quadro Estratégico da CEA para o biénio 2014-2015. Chave entre estes são os resultados do Rio+20; as consultas sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015; e a Decisão da Conferência dos Chefes de Estado e Governo da UA na sua 20ª Cimeira ordinária Assembly/AU/Dec.450 (XX)) em Janeiro de 2013, que aprovou a reorientação da CEA com o objectivo de apoiar a agenda de transformação de África.

72. Estes desenvolvimentos levaram a CEA a reorganizar e a recalibrar os seus programas com vista a: (i) assumir um papel de primeiro plano na produção de dados e conhecimento originais necessários; (ii) basear a sua política de investigação e de advocacia em factos claros e objectivos; e (iii) promover uma política de consenso e oferecer uma capacidade de desenvolvimento significativa bem como assessoria em campos temáticos chave. O Secretariado destacou a nova estrutura do Quadro Estratégico d CEA, que inclui os seguintes subprogramas: política macroeconómica; integração regional e inovações no comércio; tecnologias e gestão dos recursos naturais de África; Estatística; Desenvolvimento de capacidades; Género e mulheres no desenvolvimento; actividades sub-regionais de desenvolvimento; Planificação do desenvolvimento de e administração; política de desenvolvimento social.

73. Após a apresentação do Quadro Estratégico Revisto para 2014-2015, o Secretariado informou à Comissão que no contexto do orçamento de programas para 2014-2015, novos programas e actividades haviam sido concebidos, estando estes alinhados ao Quadro Estratégico revisto.

74. No debate que se seguiu, o Comité endossou o proposto Quadro Estratégico revisto e o Orçamento de Programa para 2014-2015 que o acompanha e louvou o enfoque sobre a estatística. O Comité apelou para sinergias reforçadas entre as actividades do CEA e as actividades da CUA e do BAD. O Comité chamou igualmente a atenção para a necessidade da reforma da CEA ser mais abrangente na sua abordagem, tanto dentro como fora da ECA

B. Questões Estatutárias da CUA

75. O Secretariado apresentou as questões estatutárias da União Africana, incluindo: (a) o Relatório sobre a Criação de uma Bolsa de Valores Pan-Africana; (b) o Projecto de Estatuto do Fundo Monetário Africano; (c) a Implementação da Carta Africana sobre Estatística e a estratégia para a Harmonização das Estatísticas na África; (d) Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana; (e) a actualização sobre a Parceria Global para a uma Cooperação para o Desenvolvimento eficaz e f) o Relatório do Quinto Fórum Africano do Sector Privado.

76. O Secretariado informou a reunião que um *workshop* independente de peritos foi realizado em Johannesburg, África do Sul, em Outubro de 2012 para validar o projecto de relatório intercalar de um estudo técnico sobre a criação de uma Bolsa de Valores Pan-Africana. O Workshop recomendou que fossem tomadas algumas medidas necessárias incluindo a obtenção de um compromisso de um grupo regional de estabelecer um mercado regional e a criação de grupos de trabalho para os vários intervenientes, entre outros.

77. Relativamente ao projecto de estatuto do Fundo Monetário Africano (FMA), o Secretariado informou que uma reunião de peritos de estados-membros seleccionados tinha sido realizado em Yaoundé, Camarões, em Outubro de 2012, para debater os estatutos da FMA. A referida reunião tinha concordado com todos os Artigos dos estatutos, com reservas de alguns Estados-membros relativamente ao Artigo 7º, secção 1, sobre capital social realizado, capital resgatável e capital realizado. Os Estatutos revistos foram remetidos à Conferência de Ministros para aprovação.

78. O Secretariado apresentou a situação da implementação da Carta Africana sobre Estatística e a Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA). O apresentador observou que até agora, 27 países africanos tinham assinado, mas apenas oito tinham ratificado a Carta. Destacou a importância da aceleração da assinatura e a ratificação da Carta pelos países para a sua entrada em vigor. Mencionou igualmente os progressos realizados pelos vários grupos de trabalho estatístico sob o SHaSA. Destacou a importância do registo civil e o vital sistema de estatístico e louvo a decisão dos Chefes de Estado e Governo de institucionalizar a reunião bienal da Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelo Registo Civil. Concluiu sua apresentação apelando os países par atribuir recursos adequados para apoiar o trabalho de vários grupos de trabalho sob o SHaSA.

79. A delegação guineense chamou a atenção para o trabalho realizado pelo grupo-piloto sobre financiamento inovador, que esteve no cerne do desenvolvimento, no âmbito da agenda pós-2015. Além disso, o representante da Guiné informou os participantes sobre uma reunião relativa ao financiamento inovador a ser realizada de 03 a 05 de Julho de 2013, em Conacri e convidou os países africanos, as organizações internacionais, os parceiros do sector privado e a sociedade civil a participar activamente neste evento importante.

80. O Secretariado informou que o quinto Fórum de Sector privado Africano foi realizado em Abidjan, Costa do Marfim, de 05 a 08 de Novembro de 2012, sob o tema, "o papel do sector privado na promoção do investimento e agro-indústria em África"

81. Referindo-se à decisão de 465 da 20ª Cimeira da UA, o representante do governo da Guiné, apresentou as medidas e disposições previstas para a operacionalização da coligação triangular e da cooperação Sul-Sul em apoio à agenda pós-2015. A cooperação Sul-Sul iria apoiar a integração regional de África e a implementação de plano de acção de Istambul, que era um quadro adequado para a mobilização de novas fontes de financiamento do desenvolvimento. Um projecto de desenvolvimento de capacidade regional estava em elaboração pelo governo guineense com o apoio da UA e da ECA. O Comité louvou o trabalho realizado para o estabelecimento da coligação. Contudo, solicitou o relatório elaborado pelo grupo de trabalho deve ser traduzido para as línguas de trabalho da União e ser apresentado à reunião extraordinária da Conferência Conjuntas dos Ministros do Plano e Finanças, a ser realizada em Maio de 2013, juntamente com a 20ª Cimeira da União Africana.

82. Nos debates que se seguiram, o Comité de Peritos louvou o trabalho realizado sobre a criação da Bolsa de Valores Pan-Africanas. Contudo, o relatório do estudo traduzido deve ser disponibilizado a todos os Estados-membros de modo a permitir que estes apresentem contribuições concretas.

83. Relativamente aos Estatutos da AMF, a reunião assinalou que trabalho adicional era necessário, especialmente no que refere a definição do capital de arranque mínimo exigido para o Fundo ser operacional e sustentável. A reunião solicitou a CUA para realizar uma análise com o objectivo de avaliar o impacto da crise da Zona Euro e a resposta do Fundo Monetário Internacional (FMI), em relação ao objectivo da AMF. Da mesma forma, os estatutos devem ser enviados a todos os Estados-membros para proporcionar o espaço político para consultas nacionais sobre o documento. Neste sentido, foi acordado que uma sessão extraordinária da Conferência da UA dos Ministros Africanos da Economia e Finanças seria necessária para finalizar e adoptar os estatutos.

84. O Comité tomou nota do relatório e solicitou aos países que não tinham assinado e ratificado a carta para tomarem as medidas necessárias para fazê-lo e solicitou igualmente a CUA para continuar a desempenhar um papel de liderança na coordenação e implementação de SHaSA com o apoio do BAD, ECA e outros

parceiros, a fim de produzir dados harmonizados e de qualidade, para informar a agenda de integração africana.

85. Relativamente às Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana, a reunião foi actualizada sobre os progressos do estudo. A reunião solicitou à CUA para finalizar o estudo conforme a Decisão de Julho de 2012 de realizar um estudo abrangente sobre todas as opções, com vista a fornecer dados quantificáveis sobre o impacto esperado em todos os Estados-membros.

86. O Comité de peritos tomaram nota da actualização e das propostas sobre a Parceria Global Para uma Cooperação Para o Desenvolvimento eficaz e o relatório do quinto Fórum do Sector privado Africano.

87. O Comité de peritos louvou os esforços do governo da Guiné de estabelecer a cooperação Sul-Sul e uma coligação triangular em apoio a África pós-2015. Contudo, pediu que o documento fosse enviado a todas as delegações para debate antes da apreciação pela Conferência Ministerial.

88. O Comité de Peritos apresentou as seguintes recomendações:

- (a) Uma sessão extraordinária da Conferência da UA dos Ministros Africanos da Economia e Finanças deve ser organizada antes da Cimeira da UA em Maio de 2013 para apreciar o relatório do estudo técnico da criação da Bolsa de Valores Pan-Africana, o estatuto do Fundo Monetário Africano e o estudo das Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana, a cooperação Sul-Sul e a coligação triangular em apoio a África pós-2015.
- (b) A CUA deve disponibilizar o relatório sobre a crise da Zona Euro; e os Estados-membros devem apresentar as suas observações e comentários sobre os Estatutos da AMF à CUA antes de 15 de Abril de 2013.

Diversos [Ponto 10 da agenda]

89. Não foi levantada nenhuma questão neste ponto da agenda.

Apreciação e adopção do Projecto de Relatório do Comité de Peritos e do Projecto de Resoluções [Ponto 11 da agenda]

90. Neste ponto da agenda o Comité apreciou o projecto de relatório da sua reunião (tal como consta do documento E/ECA/COE/32/L, AU/CAMEF/EXP/Draft/Rpt (VII)) juntamente com as seis propostas de resolução para apreciação e adopção pela sexta sessão de Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência da CEA dos Ministros Africanos do Plano, Finanças e Desenvolvimento Económico e Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças. Várias delegações fizeram comentários e observações e propuseram alterações ao relatório, bem como às propostas de resolução. Após extensos debates sobre algumas das resoluções, a Comissão aprovou por unanimidade o relatório, incluindo as propostas de resolução com alterações. As Seis propostas de resolução alteradas pela Comissão

encontram-se anexadas a este relatório para apreciação e adopção pela sexta Conferência Conjunta da CEA e UA dos Ministros Africanos do Plano, Finanças e Desenvolvimento Económico.

Encerramento da Reunião [Ponto 12 da agenda 2]

91. O Discurso de encerramento foi proferido pelo Dr Maxwell Mkwezalamba, Comissário da UA para os Assuntos Económicos, Sr. Abdallah Hamdok, Vice-secretário Executivo da Comissão Económica para África, e Prof. Lambert N'Galadjo, Presidente do Comité de Peritos.

92. No seu discurso de encerramento, o Dr. Mkwezalamba agradeceu o Governo e o Povo de Côte d'Ivoire por acolher a reunião. Louvou a todos os participantes pelo seu trabalho árduo e a pela contribuição para os debates durante a reunião. Destacou algumas das questões na agenda da reunião e as principais recomendações apresentadas. Em particular, observou que o projecto de Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 a ser adoptada pela Conferência de Ministros ajudaria a definir metas e prioridades de África relativamente a nova agenda de desenvolvimento, para garantir os interesses de África. A Posição Comum seria transmitida à Cimeira da UA dos Chefes de Estado e de Governo para sua aprovação em Maio de 2013. Dr. Mkwezalamba informou a reunião que esta seria a última reunião em que iria participar como Comissário dos Assuntos Económicos, dado que o seu mandato tinha chegado ao fim. Expressou portanto, a sua gratidão à Comissão pelo apoio que lhe havia sido prestado durante o mandato e desejou sucesso à Comissão nas suas futuras acções.

93. No seu discurso de encerramento, o Sr. Hamdok expressou a sua gratidão ao governo e o povo de Côte d'Ivoire por acolher esta importante reunião pela hospitalidade demonstrada a todas as delegações. Agradeceu a todos os ilustres delegados pela sua participação activa. Felicitou a nova Mesa pela sua eleição e agradeceu a todos os participantes pela sua contribuição útil ao debate. Destacou algumas das principais questões debatidas pelos peritos e afirmou que tinha certeza que as recomendações adoptadas pela reunião iriam informar decisões críticas a serem tomadas pelos Ministros. Observou que a Conferência teve lugar numa altura em que África estava em ascensão e sua imagem positivamente definida. Afirmou que estas mudanças positivas continuariam a informar o programa de trabalho da CEA a este respeito. Agradeceu o Comité de Peritos pelo apoio às reformas em curso a serem levadas a cabo pelo Secretariado e ao Presidente do Comité de Peritos pelo excelente trabalho nas várias sessões de moderação. Prestou homenagem ao Dr. Mkwezalamba pelo seu trabalho nos últimos oito anos como Comissário da UA para os Assuntos Económicos.

94. No seu discurso de encerramento, o Professor Lambert N'Galadjo Bamba, Presidente do Comité de Peritos, agradeceu a todos os participantes pela Cooperação e pelo trabalho árduo. Afirmou que as recomendações que haviam sido adoptadas ajudariam a colocar a industrialização no cerne da agenda de desenvolvimento de África. O Presidente da Mesa expressou igualmente a sua profunda gratidão ao pessoal da CUA e CEA pelo seu trabalho árduo, especialmente

na elaboração do relatório da reunião, com prazos apertados, em quatro línguas. Expressou igualmente gratidão aos intérpretes e tradutores, e aos funcionários do hotel e todos aqueles que tinham tornado a reunião do Comité um sucesso.

95. Declarou em seguida a reunião a encerrada.

2014

Relatório da 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da Economia e Das Finanças da UA, Abidjan, Cote D'ivoire, 25-26 de Março de 2013

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4066>

Downloaded from African Union Common Repository